

VERA LUCIA GONÇALEZ DE OLIVEIRA

**A ESCOLA NORMAL DO COLÉGIO NOSSA SENHORA
AUXILIADORA, EM CAMPO GRANDE, SUL DO ESTADO DE
MATO GROSSO (1930-1950)**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Campo Grande, MS
Dezembro 2010

VERA LUCIA GONÇALEZ DE OLIVEIRA

**A ESCOLA NORMAL DO COLÉGIO NOSSA SENHORA
AUXILIADORA, EM CAMPO GRANDE, SUL DO ESTADO DE
MATO GROSSO (1930-1950)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado, da Universidade Católica Dom Bosco, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação

Orientadora: Profa Dra. Regina Tereza Cestari de Oliveira

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Campo Grande, MS
Dezembro 2010

Ficha catalográfica

Oliveira, Vera Lucia Gonçalez de
O48e Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Campo
Grande, sul do estado do Mato Grosso (1930 – 1950) / Vera Lucia Gonçalez
de Oliveira; orientação, Regina Tereza Cestari de Oliveira , 2010.

84 f.

Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Católica Dom
Bosco, Campo Grande, 2010.

1. Professores - Formação 2. Escola normal 3. Escola Normal
do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora – Campo Grande, MS – História,
1930-1950 I. Oliveira, Regina Tereza Cestari de II. Título

CDD – 371.12

**A ESCOLA NORMAL DO COLÉGIO NOSSA SENHORA
AUXILIADORA, EM CAMPO GRANDE, SUL DO ESTADO DE
MATO GROSSO (1930-1950)**

VERA LUCIA GONÇALEZ DE OLIVEIRA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Regina Tereza Cestari de Oliveira - UCDB

Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez - UFMS

Profa. Dra. Mariluce Bittar - UCDB

Campo Grande, MS, 21de Dezembro 2010.

Universidade Católica Dom Bosco
UCDB

DEDICATÓRIA

A Deus por atribuir-me a missão de ensinar!

São grandes os desafios de cada dia, mas é gratificante ver os objetivos alcançados, na graça de servir, colaborar e ampliar os horizontes do conhecimento. Quero celebrar a minha conquista exaltando também o sofrimento que me fez crescer e evoluir.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, aquele em que me apeguei tantas vezes, durante os momentos de dificuldades, na qual passei.

À minha professora e Orientadora Regina Cestari de Oliveira, que tanto me auxiliou, com muita paciência, na construção do meu trabalho.

Também as professoras Margarita Victória Rodriguez e Mariluce Bittar, pelas sugestões preciosas na revisão final deste trabalho, no momento da qualificação.

Agradeço também a direção do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, pela atenção e prontidão em facilitar o levantamento dos dados referente ao trabalho de pesquisa, ajudando a localizar as fontes.

Aos colegas do Curso de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Educação - UCDB, que estavam sempre dispostos a ajudar com palavras de incentivo e gentilezas nas horas difíceis.

Aos meus colegas de trabalho e aos meus chefes, pela compreensão nos momentos que me ausentei dos compromissos profissionais.

Em particular aos meus filhos, Ananka, Damien, minha mãe Maria Aparecida e minha querida neta Mariane pela compreensão e amor, pois família é tudo.

A todos minha sincera gratidão e carinho.

OLIVEIRA, Vera Lucia Gonçalez de. *A Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Campo Grande, sul do estado de Mato Grosso (1930-1950)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

RESUMO

Este trabalho está inserido na Linha de Pesquisa “Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente”, do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) - e faz parte do projeto “As Instituições Escolares no Sul do Estado de Mato Grosso: gênese, implantação e consolidação (1920 – 1940)”. Tem como objetivo investigar o processo de implantação da Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Campo Grande sul do Estado de Mato Grosso (hoje, estado de Mato Grosso do Sul), no período compreendido entre os anos de 1930 e 1950, quando o referido grau de ensino foi implantado naquela instituição escolar. Os objetivos específicos são: analisar o contexto sócio-econômico e político em que ocorreu a implantação da Escola Normal em Campo Grande; descrever a trajetória da Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora no período de 1930 a 1950; verificar o processo de organização escolar no período em estudo, evidenciando o ideário e/ou concepção presente na formação de professores na referida Escola. A metodologia utilizou fontes documentais formadas por Leis, Decretos, mensagens presidenciais e livros de registros escolares, coletados no referido Colégio. Os resultados mostram que as Irmãs Salesianas vieram para o sul de Mato Grosso, especificamente para Campo Grande, em 1926, no contexto de crescente urbanização da cidade e fundou o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, a única instituição escolar de iniciativa particular, no período, para o sexo feminino, atendendo nos regimes de internato e externato. A Escola Normal foi instalada em 1930 em adequada estrutura física e material, Em 1932 foi aprovado o funcionamento do Colégio, sob a vigência da Reforma Francisco Campos. Verificou-se que o número de matrículas na Escola Normal oscilou ao longo do período; que o regime disciplinar era bastante rígido e que a religião e a moral estiveram fortemente presentes no ideário de formação das normalistas.

Palavras-chave: Instituições Escolares; Escola Normal; Formação de Professores.

OLIVEIRA, Vera Lucia Gonçalez de. *School of Our Lady Help of Christians in Campo Grande, Mato Grosso do Sul state (1930-1950)*. 2010. Dissertation (Master) – Dom Bosco Catholic University – UCDB, Campo Grande.

ABSTRACT

This work is housed in the Research Line "Educational Policy, Management and Teacher Training School" Program of Graduate Studies in Education -Master's and Doctorate from the Catholic University Dom Bosco (UCDB) - and is part of the project "Institutions School in the southern state of Mato Grosso: genesis, implementation and consolidation (1920 - 1940)". Aims to investigate the process of implementation of the Normal School of the College of Our Lady Help of Campo Grande in the southern state of Mato Grosso (today's state of Mato Grosso do Sul), in the period between the years 1930 and 1950, when the that level of education was implemented in that school. The specific objectives are: to analyze the socio-economic and political environment in which implantation occurred at the Normal School in Campo Grande; describe the trajectory of the Normal School of the College of Our Lady Help of Christians in the period from 1930 to 1950; verify the process of school organization in study period, highlighting the ideas and / or design present in teacher education in that school. The methodology used documentary sources formed by laws, decrees, presidential messages and books from school records, collected in that College. The results show that the Salesian Sisters came to the south of Mato Grosso, specifically to Campo Grande, in 1926, in the context of growing urbanization of the city and founded the College of Our Lady Help of Christians, the only educational institution of private initiative in the period to females, serving in boarding and day-school schemes. The Normal School was established in 1930 in proper physical structure and material, in 1932 approved the operation of the College, under the enforcement of the Reformation Francisco Campos. It was found that the number of enrollments in the Normal School fluctuated over the period, the disciplinary regime was very strict and that religion and morality were strongly present in the ideology of forming normalistas.

Key-words: School Institutions, Normal School, Teacher Training

LISTA DE SIGLAS

MEC	Ministério da Educação
MÊS	Ministério de Educação e Saúde
MESP	Ministério de Educação e Saúde Pública
MG	Minas Gerais
MT	Mato Grosso
PR	Paraná
SDB	Salesiano Dom Bosco
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNAES	Centro Universitário de Campo Grande
UNIGRAN	Centro Universitário da Grande Dourados

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fachada do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Rua Pedro Celestino.....	52
Figura 2 - Capela nas dependências do Colégio (Década de 1950)	62
Figura 3 - Sala de aula de Geografia e Geometria e Desenho (1931).....	69
Figura 4 - Laboratório de Física e Química (1931)	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Alunas da Escola Normal de 1930-1950 59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: A ESCOLA NORMAL NO BRASIL E NO ESTADO DE MATO GROSSO	19
1.1 A ESCOLA NORMAL NA PASSAGEM DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA.....	19
1.2 A ESCOLA NORMAL NO PERÍODO REPUBLICANO	22
1.3 AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO GOVERNO VARGAS (1930-1945).....	28
1.4 A ESCOLA NORMAL APÓS O GOVERNO VARGAS	29
1.5 A ESCOLA NORMAL EM MATO GROSSO	32
1.5.1 A Escola Normal em Mato Grosso no contexto republicano	36
1.5.2 A Escola Normal no sul do Estado	39
CAPÍTULO II: A ESCOLA NORMAL DO COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA EM CAMPO GRANDE: A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	44
2.1 O MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE	44
2.2 A CRIAÇÃO, INSTALAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA	49
2.3 A ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA ESCOLA NORMAL	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	81

INTRODUÇÃO

Esta Dissertação de Mestrado aborda o processo de implantação da Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Campo Grande, sul do estado de Mato Grosso, hoje, estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1930 a 1950.

A proposta da pesquisa apresentada surgiu após a conclusão do curso de Graduação em Pedagogia Supervisão Escolar, no Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), do curso de Pedagogia Normal Superior Licenciatura Séries Iniciais, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), da pós-graduação Lato Sensu em Psicopedagogia, no Centro Universitário de Campo Grande (UNAES).

O ingresso no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação-Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco e a participação no Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas e Gestão da Educação”, aprofundou o interesse por este estudo. Sendo assim o mesmo está inserido na Linha de Pesquisa “Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente” e faz parte do Projeto integrado - “As Instituições Escolares no Sul do Estado de Mato Grosso: Gênese Implantação e Consolidação (1920-1940)”, que busca compreender o processo histórico de implantação e consolidação das instituições escolares, no âmbito das políticas educacionais, na região Sul do estado de Mato Grosso, entendendo que essas instituições expressam relações sociais de determinado contexto, assim como visões de mundo.

Assim, a minha trajetória de formação e, principalmente, a participação em um Grupo de Estudos e Pesquisa, e a interlocução com professores, alunos e pesquisadores da área levou-me a perceber a importância de se desenvolver uma pesquisa investigativa sobre formação de professores e, especificamente, tratar do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, como instituição particular, espaço destinado à formação de professoras e para atuarem em escolas primárias.

Ressalta-se que em Campo Grande, duas escolas foram instituídas em 1930 e se destacaram por serem as primeiras a oferecer o Curso Normal, sendo a Escola Normal

Joaquim Murtinho, mantida pelo Poder Público estadual e a Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, mantida pelas Irmãs Salesianas.

É importante observar que para a definição do objeto de pesquisa, buscou-se como ponto de partida o levantamento de dissertações, e teses relacionadas à Escola Normal no Brasil e no estado de Mato Grosso, estas, por sua vez, nos Programas de Pós Graduação em Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, que foram de grande relevância para este estudo.

Na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Maria Neusa Gonçalves Souza (1999), apresentou a dissertação sobre a “Campanha de Nacionalização do Ensino” principalmente em uma escola mato-grossense, localizada em Campo Grande – Mato Grosso do Sul, que teve com objetivo a educação religiosa compreendendo o processo histórico como um todo, enfocando as mudanças e transformações ocorridas durante a Campanha de Nacionalização do ensino em Campo Grande, entre 1937 e 1945. A autora concluiu que o Colégio Nossa Auxiliadora, teve uma participação relevante durante aquela campanha, para integrar os migrantes no seio da sociedade campo-grandense.

Na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Carla B. Zandavalli Maluf de Araujo (1997) defendeu a dissertação, “O Ensino de Didática, na Década de Trinta, no Sul de Mato Grosso: Ordem e Controle”. A pesquisadora buscou reconstruir a história do ensino de Didática no sul de Mato Grosso, na década de 1930, discutindo sobre o objeto e conteúdo da Didática, quanto à função exercida pelas cadeiras de Didática e História da Educação e Pedagogia e Psicologia que agregavam conteúdos da Didática. Ao analisar seus conteúdos, a autora percebeu as orientações de caráter moral e disciplinador, identificando conflitos entre a orientação escolanovista, preceituada nos manuais adotados e parte das indicações postas em cadernos, que mantêm certa diretrividade, em que a figura do professor continua sendo o centro do processo de ensino. A autora relata que as informações obtidas para caracterizar a Didática na Escola Normal Dom Bosco foram insuficientes, pela ausência de registros, o que impediu que essa tarefa fosse realizada de modo mais completo. Foi possível perceber a importância desse trabalho sobre a função da Didática no Curso Normal, retratando os aspectos que superam o caráter informativo, pois os conteúdos também imprimem normas acerca da maneira de conduzir a sala de aula, de impor a disciplina para torná-la mais produtiva.

Na Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Maringá, PR, “A Feminização do Corpo Docente na Democratização do Ensino do Século XIX”, Marta Sueli de Faria Sforni (1996) demonstrou a vinculação entre a criação da escola pública e a feminização do corpo docente, no interior das lutas sociais empreendidas no século XIX. A

autora concluiu que para educar o cidadão foi criada a escola primária de ensino obrigatório para todos, na qual a instrução, antes considerada como sinônimo de educação, por si só não mais educava.

Norma Patricya Lopes Soares apresentou na Universidade Federal do Piauí, a Dissertação “Escola Normal em Teresina (1864-2003): Reconstruindo uma Memória da Formação de Professores” (2004). O objetivo da pesquisa foi sistematizar e compreender como se constituiu a Escola Normal em Teresina, hoje denominada Instituto de Educação “Antônio Freire”. A autora discute a razão da predominância do sexo feminino, as intencionalidades das grades curriculares adotadas ao longo de sua existência e a regulamentação do ensino e da escola antes e depois da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946.

A dissertação de Luzia Borsato Cavagnari (2006) “O Diretor e a Constituição das Equipes Pedagógicas das Primeiras Escolas Normais na Região dos Campos Gerais/Paraná”, defendida na Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, teve como objetivo analisar o processo de constituição da direção e equipes pedagógicas das primeiras Escolas Normais Públicas do Estado do Paraná e mostrar os mecanismos de poder e controle do espaço escolar centrados na/da direção. A autora relata sobre a importância do projeto pedagógico e a formação continuada que constituem os pilares da especificidade da ação supervisora e a perspectiva do avanço tão desejado. Esta dissertação mostra a necessidade de se preservar a memória local e regional, por meio da sistematização e análise das informações sobre todo corpo docentes e equipes pedagógicas das primeiras escolas normais públicas no Paraná.

Marlete dos Anjos Silva Schaffrath (2006) na Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Estadual de Maringá, PR, denominada “Apontamentos sobre a Escola Normal em Maringá - A Gênese do Ensino Normal em Maringá” teve por objetivo analisar o Ensino Normal em Maringá. A autora concluiu, avaliando o modelo do curso que era oferecido em Maringá, sua estrutura curricular e a relevância para o público feminino que ali se formava. Além disso, que a Escola Normal era requisitada para formar e transformar os precários quadros docentes em todo o país.

Melina Brasil Silva Resende apresentou na Universidade Federal de Uberlândia, MG, a Dissertação “O Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus – 1931-1947 Araguari - MG” (2006), cujo objetivo foi analisar o Colégio Sagrado Coração de Jesus, mediante a história da educação feminina. Assim, relata que o ensino da Escola Normal servia, nesse período, para a complementação da educação recebida na família e contribuía para que a mulher tivesse uma sólida formação religiosa, baseada nos preceitos cristãos, e destacava sua

posição social na elite. A autora concluiu que as normalistas não seguiam suas carreiras como professoras, ou exerceiram a profissão por um curto período até o casamento, utilizando sua formação para criar bem seus filhos. Esta dissertação versa, também, sobre um colégio religioso, que oferecia uma educação para a formação feminina.

Em síntese, o levantamento efetuado possibilitou verificar a importância dos estudos sobre instituições escolares e, de modo específico, sobre a Escola Normal, definindo como objeto de estudo a Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, localizada em Campo Grande, hoje, estado de Mato Grosso do Sul, entendendo que “[...] a instituição escolar escolhida tem um significado social reconhecido, o que significa ser considerada pela sociedade, em razão de sua tradição, os alunos que formou etc.” (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 56).

Parte-se do pressuposto, conforme Saviani (2007), que as instituições escolares expressam as relações sociais de determinado contexto histórico e que são criadas como unidades de ação. Em outras palavras:

[...] são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem. (SAVIANI, 2007, p. 3).

Diante do exposto, o objetivo geral desta pesquisa é investigar o processo de implantação da Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Campo Grande no período compreendido entre 1930 e 1950. A delimitação do período compreendendo os anos de 1930 a 1950¹ leva em consideração a trajetória da Escola Normal do referido Colégio, desde sua implantação em 1930 prolongando-se até 1950, tendo como referência a Lei Orgânica Nacional do Ensino Normal, de 2 de janeiro de 1946, que deu nova organização ao Ensino Normal.

Os objetivos específicos são:

- analisar o contexto socioeconômico e político em que ocorreu a implantação da Escola Normal em Campo Grande;
- descrever a trajetória da Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora no período de 1930 – 1950;

¹ A delimitação do período deve-se, também, ao fato de que a documentação disponibilizada pelo Colégio refere-se a esse período.

- verificar o processo de organização escolar no período em estudo, evidenciando o ideário e/ou concepção presente na formação de professores na referida Escola.

Para a consecução dos objetivos foi consultada uma bibliografia referente à temática sobre a Escola Normal, com a utilização de livros, artigos e dissertações. Além da legislação educacional pertinente e a coleta na documentação existente na secretaria do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, por meio de documentos manuscritos e impressos. Neste sentido, encontramos fontes que permitiram apresentar peculiaridades da Escola Normal no período delimitado. Apesar do material disponibilizado pela secretaria do Colégio ser limitado, em função dos objetivos definidos no estudo, foram levantados documentos como: Atas de Expediente, Atas de Registros de Matrículas, Atas de Registros de Diplomas, Atas de Registro de Inspeção e o livro intitulado “Auxiliadora Setenta Anos (1926-1996)” de Yara Penteado (1996). Esse material coletado encontra-se na referida Instituição, porém, para melhor conservá-lo, esta aplica limites de consulta e manuseio.

Ao buscar compreender o processo de implantação do Curso Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora procurou-se levar em consideração os principais aspectos didático-pedagógicos como: relação educativa (docentes e discentes); recursos didáticos; espaço físico escolar (prédio e mobiliário), que de acordo com Alves (2005), são considerados imprescindíveis para captar a organização do trabalho didático, que no plano mais genérico e abstrato envolve, sistematicamente, três aspectos:

- a) ela é, sempre, uma relação educativa que coloca, frente a frente, uma forma histórica de educador, de um lado, e uma forma histórica de educando(s), de outro;
- b) realiza-se com a mediação de recursos didáticos, envolvendo os procedimentos técnico-pedagógicos do educador, as tecnologias educacionais pertinentes e os conteúdos programados para servir ao processo de transmissão do conhecimento,
- c) e implica um espaço físico com características peculiares, onde ocorre. (ALVES, 2005, p.10 - 11).

Diante do exposto, o trabalho está organizado em dois capítulos. No primeiro “A Escola Normal no Brasil e no estado de Mato Grosso” aborda-se como se processou a implantação da Escola Normal no país, no período compreendido entre 1930 e 1950. Em seguida, descreve-se o processo de implantação dessa escola no Estado de Mato Grosso e, de modo, específico, em Campo Grande, sul do estado.

No segundo capítulo, “A Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em Campo Grande: a organização escolar “analisa-se o processo de implantação da Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Campo Grande, nos anos de 1930 a 1950,

quando o referido grau de ensino foi implantado nessa instituição escolar, enfatizando-se os principais aspectos didático-pedagógicos dessa Escola no período.

Nas considerações finais apresenta-se a síntese dos capítulos, destacando os principais resultados da pesquisa.

CAPÍTULO I

A ESCOLA NORMAL NO BRASIL E NO ESTADO DE MATO GROSSO

Este capítulo versa sobre a organização da Escola Normal no Brasil, no período compreendido entre 1930 a 1950. Inicia-se discorrendo sobre a formação de professores primários na passagem do Império para a República e situa a criação da Escola Normal no país. Em seguida, aborda-se a implantação dessa Escola no estado de Mato Grosso, apresentando-se aspectos da economia e da política do período, no sentido de contextualizar historicamente o objeto deste estudo.

1.1 A ESCOLA NORMAL NA PASSAGEM DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA

Somente no final do século XVIII os Estados nacionais começaram a perceber a necessidade estratégica de institucionalizar um corpo de professores para o ensino público, e, então, passaram a ter um “controle direto sobre os conhecimentos teóricos e práticos aos professores, ao mesmo tempo em que passaram a estabelecer o conjunto das normas que deveriam regulamentar a profissão” (VILLELA, 2008, p. 30). Desse modo houve a preocupação de instituir normas para a profissão docente e, então, idealizam a institucionalização das escolas normais, como locais autorizados para a formação de um novo corpo de servidores públicos, dentro das normas e ideais políticos do período.

Foi na França² (1678), segundo Villela (2008) que ocorreu a primeira experiência de escola “normal” estatal, objetivando a formação de professores leigos para a escola pública e universal, idealizada por Lakanal, no decorrer do período revolucionário.

Na expressão de Tanuri (2000), somente com a Revolução Francesa, ocorrida no século XIX, concretiza-se a idéia de uma escola normal que formasse professores leigos, sob

² Em 1678, o abade francês Charles Démia (1636 – 1689), fundou uma Escola Normal, considerada como primeira experiência de formação docente na França. (VILLELA, 2008, p. 14).

a responsabilidade do Estado, ao mesmo tempo em que ocorriam a consolidação dos Estados Nacionais e a implantação dos sistemas públicos de ensino.

Durante a Revolução Francesa o Brasil atravessou por dificuldades políticas, econômicas, sociais e culturais e passou de colônia exportadora, dependente da metrópole, à sede do Rei português durante o bloqueio napoleônico, que de acordo com Villela (2008, p. 30):

Com a transferência da máquina administrativa real, as arcaicas estruturas coloniais iniciaram um processo de modernização nos moldes despotismo ilustrado que caracterizou a política joanina. As iniciativas de caráter cultural artístico durante a gestão de D. João VI orientavam-se por uma lógica prática. Afinal, era necessário realimentar a máquina administrativa e continuar preparando os quadros militar, jurídico e legislativo, garantindo a reprodução das elites dirigentes até que a situação política se aclarasse, como de fato ocorreu.

Até a chegada da Corte à Colônia estava em vigor o sistema de Aulas Régias que havia sido instituído pela política pombalina, uma vez que o número de docentes não era suficiente e que não era uma prioridade a instrução elementar (VILLELA, 2008).

Com a proclamação da Independência e a fundação do Império no Brasil, em 1822, a primeira Constituição brasileira outorgada em 1824, dispõe apenas dois parágrafos sobre a educação. No texto constitucional outorgado, o art. 179 se refere à educação nos seguintes termos,

A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, são garantidos pela Constituição do Império', entre outras maneiras pela 'instrução primária gratuita a todos os cidadãos' e pela criação de 'Colégios e Universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas artes e artes' (RIBEIRO, 1995, p. 45).

No período Imperial (1822-1889), o Ato Adicional de 1834, aprovado em 12 de agosto, assinala um importante momento da política educacional no Brasil.

Muito embora o papel do Estado ainda seja praticamente imperceptível na oferta escolar, pois a obra do Império se traduz em uma educação de poucos e para poucos, é a partir de então que se define um papel para as províncias – a partir da República transformada em estados – na oferta da instrução pública elementar e secundária (VIEIRA, 2008, p. 43).

Assim, o Ato Adicional atribuiu às Províncias a responsabilidade pelas escolas primárias e secundárias. Nas palavras de Romanelli (1991, p. 39),

O Ato Adicional de 1834 conferiu às Províncias o direito de legislar sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la [...]. Isso

suscitou uma dualidade de sistemas, com superposição de poderes (provincial e central) relativamente ao ensino primário e secundário. O poder central se reservou, e a ele se limitou o direito de promover e regulamentar a educação no Município Neutro e a educação de nível superior, em todo o Império, enquanto delegou às Províncias a incumbência de regulamentar e promover a educação primária e média em suas próprias jurisdições.

Em relação às decorrências do Ato Adicional de 1834 à educação no Brasil, Accacio (1995) aponta que:

Com a abdicação de Pedro I, em 1831, a pressão dos liberais e as tendências regionalistas dominantes aparecem no Ato Adicional de 1834 que transfere às assembléias provinciais o encargo de regular a instrução primária e secundária, acabando com o sonho de alguns de um sistema nacional de educação e colaborando na fragmentação do ensino, a sociedade brasileira baseada no latifúndio e na escravidão a educação permanece doméstica e escolar, aristocratizante, antidemocrática, para privilegiados, aumentando as desigualdades entre as classes pela ausência de uma educação popular e fabricação de grande número de analfabetos. A instrução primária, confiada às províncias de recursos limitados, não se expande, atende apenas pequena parte da população permanece sem nenhuma estrutura e sem caráter formativo, reduzida ao ensino da leitura, escrita e cálculo. (ACCACIO, 1995, p.1).

A descentralização ocorrida com o Ato Adicional de 1834 atribuiu às províncias poderes de regulamentar e promover a educação primária e secundária. No entanto, a falta de recursos devido ao sistema falho de tributação e arrecadação de renda, impossibilitou as Províncias de criarem uma rede organizada de escolas, deixando o ensino secundário nas mãos da iniciativa privada e o ensino primário, com poucas escolas, sobrevivendo por intermédio de alguns mestres-escola, que estando desabilitados de qualquer profissão rentável, tinham necessidade de ensinar (ROMANELLI, 1991).

Através do Ato Adicional de 1834, a cidade do Rio de Janeiro foi constituída como Município Neutro (sede da Corte Imperial) sendo desmembrado da Província Fluminense, que perdia, por sua vez, a parte mais importante de seu território, porém, ampliava sua autonomia administrativa.

Nessa conjuntura, assume o poder o grupo conservador representado pelo presidente Joaquim José Rodrigues Torres e pelo vice-presidente e cunhado Paulino José Soares de Souza, que dentre outras providências, idealiza e organiza a Escola Normal Provincial de Niterói (VILLELA, 2008).

Assim, após o Ato Adicional de 1834, o Decreto n. 10 da Assembléia do Provincial do Rio de Janeiro, de 1º de abril de 1835, criou a Escola Normal de Niterói.

Conforme Tanuri (1979, p. 16):

A primeira Escola Normal foi a de Niterói (RJ) criada pela Lei Provincial de 4 de abril de 1835 iniciou suas atividades em outubro do mesmo ano sendo José da Costa Azevedo seu diretor, organizador e único professor. O curso tinha duração de dois anos e o objetivo era preparar professores para o ensino de primeiras letras.

Na sequência foram criadas as escolas normais da Bahia (1836), do Ceará (1845) e São Paulo (1846), visando melhorar o preparo do pessoal docente (RIBEIRO, 1995). Ressalta-se que nessas escolas os cursos eram de no máximo dois anos e em nível secundário.

Romanelli (1991) afirma que a Escola Normal de Niterói foi pioneira na América Latina e a primeira em todo continente, além de ser de caráter público, uma vez que as dos Estados Unidos até então existentes eram escolas particulares. Acrescenta que as escolas normais experimentaram um desenvolvimento mais acelerado durante o período republicano.

1.2 A ESCOLA NORMAL NO PERÍODO REPUBLICANO

A partir de 1889, com a Proclamação da República e a necessidade de criação de um sistema nacional de ensino, o Brasil experimentou uma seqüência de significativas reformas no seu sistema educacional. A República democrático-representativa e federativa adotou a forma de um Estado oligárquico, dependente dos interesses políticos e econômicos dos grupos dominantes. Em função das mudanças econômicas que vinham ocorrendo desde o final do Império, o desenvolvimento da educação “foi marcado por grandes discrepâncias entre os estados, mesmo porque, nos quadros do federalismo vigente, a União nada fez no terreno da educação popular” (TANURI, 2000).

A Constituição da República de 1891 definia no art. 35, que cabia à União:

- 2º Animar, no paiz, o desenvolvimento das letras, artes e sciencias, bem como a immigração, a agricultura, a indústria e o commercio, sem privilegios que tolham a acção dos governos locaes;
- 3º Crear instituições de ensino superior e secundario nos Estados;
- 4º Prover à instrucción secundaria no Distrito Federal (BRASIL, Constituição Federal, 1891, p. 8).

Embora omissa quanto à responsabilidade sobre o ensino primário, delegava aos estados a competência para legislar e prover esse nível de ensino. “Assim, serão os estados que irão enfrentar a questão da difusão da instrução mediante a disseminação das escolas primárias” (SAVIANI, 2004, p. 22-23).

Assim, valorizava-se o sistema dual de ensino que se sustentava desde o Império, além de tornar oficial a distância existente entre a educação da classe dominante e a educação da

classe trabalhadora incidindo numa dualidade que refletia a organização social brasileira. Historicamente a educação era oferecida de forma deficitária, as escolas basicamente se orientavam para atender as demandas das classes dominantes.

Desse modo, a Constituição não trouxe qualquer modificação no que se refere à competência para legislar sobre o ensino normal, mantendo a descentralização proveniente do Ato Constitucional de 1834. Com isso, não houve nenhuma alteração na legislação do ensino normal, pois o sistema federativo de governo foi instituído, consagrando a descentralização do ensino, reservando à União o direito de “criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados e prover a instrução secundária no Distrito Federal”, delegando aos Estados a competência para prover e legislar sobre educação primária (TANURI, 2000).

Em outubro de 1930 o Presidente da República Washington Luís Pereira de Sousa (1926 – 1930) é deposto por um movimento armado que se iniciou ao sul do país e se espalhou por vários pontos do território brasileiro, em seguida ocorreu à instalação do novo governo, que em princípio era de caráter provisório, sob a presidência de Getúlio Vargas, que assumiu o poder em 1930, após liderar a Revolução de 1930, que marcou seu governo pelo nacionalismo e populismo, permanecendo no poder, de 1930 a 1945. Entre 1937 e 1945 instalou a fase de ditadura, sendo esses anos marcados por muita instabilidade. Após esse período, Getúlio Vargas retorna novamente ao poder através do voto popular, uma vez que a burguesia industrial considerava seu retorno como “a esperança de continuidade da política econômica do Estado Novo”, pois era considerado como o próprio símbolo do nacionalismo (ROMANELLI, 1991).

Romanelli (1991, p. 48) ainda assinala que:

[...] o período que antecedeu a Revolução de 1930 foi marcado por uma acumulação primitiva de capital decorrente das mudanças qualitativas sofridas pela economia no momento em que o mercado interno, graças à imigração e ao trabalho assalariado, começou a desenvolver-se.

A partir de 1930, no governo de Vargas se consolida a construção do Estado moderno, que se organiza em termos legislativos e administrativos, com isso o ideal republicano se consolida e se concretiza a ascensão da burguesia e o processo de urbanização, decorrente de fortes investimentos nas áreas de infraestrutura e da crescente industrialização.

A industrialização conforme Ribeiro (1995, p. 96),

Socialmente ela representa a consolidação de dois componentes: a burguesia industrial e o operariado. O componente representado pela burguesia industrial apresenta pontos de contato com outros setores da classe

dominante, não só pelo fato de muitos dos industriais serem ou terem sido fazendeiros, como também por se colocarem numa relação de dominação no que diz respeito à mão-de-obra. Ao mesmo tempo apresenta traços de distinção que levam a choques de interesses econômicos que acabam por atingir, às vezes, a área política. A própria ‘Revolução de 30’ representa um dos instantes agudos de um desses choques: os vários setores se polarizam contra um dos setores dominantes representado pelos cafeicultores, com o objetivo de conseguir uma mudança na orientação.

O ano de 1930 foi o ápice para o início da organização política e econômica do Estado brasileiro, por meio da implantação definitiva do capitalismo no Brasil. Para Romanelli (1991, p. 47), a Revolução de 1930, foi “ponto alto de uma série de revoluções e movimentos armados que, durante o período compreendido entre 1920 e 1964, se empenharam em promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem social oligárquica”.

De acordo com Filho (2001, p. 83):

‘Caíram por terra’ a Política dos Governadores, O Coronelismo Rural e a Política do café-com-leite; já não atendiam aos novos grupos em ascensão. As idéias marxistas e anarquistas estavam inseridas no contexto, tinham acontecido o Tenentismo, a Semana de Arte Moderna e a fundação do Partido Comunista. Na área educacional, o Escolanovismo nascido em Summerhill, propagado nos EUA no início do século XX, chegava até nós. Os tempos eram outros.

Nos primeiros anos de implantação do Governo Provisório, a divergência entre tenentistas, que desejavam a permanência de Vargas no poder, e constitucionalistas, que reivindicavam uma Constituição, marcou o período (ROMANELLI, 1991).

De acordo com Cunha (1979) a Revolução de 1930 destruiu o “excessivo” federalismo da República Velha, iniciando um processo de redução da autonomia dos estados e revelando uma tendência centralizadora do Governo. No plano educacional, esse processo de centralização iniciou-se com a criação do Ministério de Educação e Saúde (MES) em 1930, pois tanto a Educação quanto a Saúde Pública foram desde o início do movimento de 1930, colocados como questões sociais, pelas quais o Estado deveria assumir responsabilidades; dessa maneira, constam explicitamente do programa do novo governo.

No que se refere à educação, segundo, mais uma vez, Romanelli (1991), a ascensão de Vargas ao poder teve seus pontos fortes e fracos. Fracos devido aos índices de repetência e evasão que chegaram a patamares inesperados, e fortes porque o investimento repercutiu favoravelmente para a expansão da educação.

Em relação à oferta do ensino público, o próprio desenvolvimento capitalista impunha limitações à ampliação de matrículas, na medida em que não se fazia necessário pessoal instruído para o desenvolvimento da produção, conforme ressalta Xavier (1990).

O processo brasileiro de industrialização não resultou de um avanço técnico propiciado pelo desenvolvimento científico e tecnológico do país. O processo de produção e transmissão do saber não constituiu, no Brasil, uma base ou um elemento propulsor da mudança nas relações de produção. Essa é uma das facetas típicas do capitalismo que no processo da reprodução do capital em escala mundial se instala e avança em formações sociais ‘atrasadas’ nas quais nem todas as condições internas necessárias a esse avanço estão presentes. As novas formas de produção foram aqui absorvidas como parte do movimento de expansão da moderna civilização ocidental, que consolidou o avanço das relações capitalistas em nível internacional (XAVIER, 1990, p. 57).

A partir de 1932 emergem nos centros urbanos diversos movimentos de contestação à ordem política vigente. Igualmente adquirem apelo popular as idéias em prol da renovação e expansão de ensino. Nessa direção, o movimento renovador apresenta o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento elaborado por Fernando de Azevedo e assinado por mais de 25 educadores, endereçado à sociedade e ao governo.

Nesse sentido Aranha (1989) comenta que:

Devido ao clima de conflito aberto, em 1932 é publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, encabeçado por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores. O documento considera dever do Estado tornar a educação obrigatória, pública, gratuita e leiga. Tal ação deve também ser ampla mediante um programa de âmbito nacional. (ARANHA, 1989, p. 245).

Dentre vários pontos abordados pelos Pioneiros da Educação Nova, no Manifesto dos Pioneiros pode-se destacar a proposta da reconstrução educacional do Brasil, a reivindicação da igualdade de direitos dos dois sexos à educação, a ênfase na permanência da laicidade no ensino, a institucionalização da escola pública e sua expansão. Em suma, o Manifesto objetivava traçar diretrizes de uma nova política nacional de educação e ensino em todos os níveis, aspectos e modalidades, além de uma síntese e uma tentativa de avanço sobre propostas novas de educação (ROMANELLI, 1991).

Saviani (2004) afirma que o Manifesto pode ser considerado um importante legado deixado pelo século XX, pois “é um marco de referência que inspirou as gerações seguintes, tendo influenciado, a partir de seu lançamento, a teoria da educação, a política educacional, assim como a prática pedagógica em todo o país” (SAVIANI, 2004, p. 35).

O Manifesto influenciou o texto da Constituição promulgada em 1934 que modificou, no tocante à educação, um padrão de autonomia regional que perdurava desde 1834, ao atribuir à União a competência privativa de traçar as diretrizes da educação nacional. Aos estados competia organizar e manter seus sistemas educacionais, observadas as diretrizes definidas pela União. A ação federal seria supletiva quanto ao Ensino Primário e Normal. A Constituição definiu também a obrigatoriedade da aplicação de nunca menos de 10% por parte dos municípios, e nunca menos de 20% por parte dos estados, da receita resultante dos impostos para a manutenção e desenvolvimento dos sistemas educacionais.

Nesse governo, um Golpe de Estado, em 1937, instituiu o Estado Novo³, um golpe tanto nos movimentos de esquerda e de direita, quanto nos interesses latifundiários (ROMANELLI, 1991). Esse Golpe:

[...] inaugurou uma fase política de extrema contenção das liberdades democráticas. Posteriormente isso alteraria também a estrutura educativa por meio de uma política educacional empenhada em garantir os interesses das elites, enquanto se faziam algumas concessões às camadas médias e aos segmentos populacionais. (ALMEIDA, 2004, p. 86).

Com o Estado Novo, foi outorgada outra Constituição, em 10 de novembro de 1937, de nítida inspiração nos regimes fascistas europeus (VIEIRA, 2008, p. 91) e que diferia em essência das anteriores constituições republicanas, “[...], pois dispensava o sistema representativo, enquadrava os demais poderes no Executivo e liquidava com o *ederalismo*, com os governos estaduais, com a pluralidade sindical etc”. (RIBEIRO, 1995, p. 129).

O texto Constitucional “[...] dispunha sobre o ensino profissionalizante dirigido às classes populares, visando à escolarização da futura mão-de-obra para o crescente mercado de trabalho” (ALMEIDA, 2004, p. 87).

Quanto à formação de professores pelas escolas normais, esta estava profundamente ligada à ideologia política da classe dominante, como observa, novamente, Almeida (2004):

[...] também se atrelava à ideologia vigente do período político que a nação atravessava, e a ideologia da classe dominante estaria sempre nas diretrizes adotadas para a educação popular e, consequentemente, caberia a ela orientar o processo de formação profissional daqueles que se incumbiriam dessa educação, servindo de apoio e instrumento para sua efetivação prática. (ALMEIDA, 2004, p. 87).

³ “[...] a opção ditatorial (1937-45) se explica como a condição possível, dadas as circunstâncias do momento externo e, especialmente, interno, de desenvolvimento de um modelo capitalista-industrial, mesmo que ainda dependente” (RIBEIRO, 1995, p. 128).

Nos anos de 1930 a 1940 as escolas normais se disseminaram pelos estados brasileiros, tanto nas capitais como nas cidades do interior. Em decorrência, “Nas escolas pertencentes ao ensino público às classes mistas vinham tornando-se uma realidade, o que era defendido pelo poder público pela economia que representava para o estado” (ALMEIDA, 2004).

Fernando de Azevedo (*apud* ARANHA, 1989) aponta que de 1930 a 1940, aconteceu um desenvolvimento do ensino primário e secundário que jamais se registrou até então no país. No campo de formação do magistério, com a reorganização no âmbito de algumas escolas de nível secundário, em 1937, foram diplomados os primeiros professores no Brasil. E em 1949 as escolas normais eram, ao todo, 540, em todo o território nacional (ROMANELLI, 1991).

Segundo Cunha (1979), as principais medidas de política educacional no período de 1930 a 1937, além da criação do Ministério de Educação e Saúde (MES) foram a introdução do ensino religioso facultativo nas escolas públicas, a reforma do Ensino Secundário, a criação do Conselho Nacional de Educação e a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras.

A partir de então foram realizadas reformas do ensino em alguns estados brasileiros numa tentativa de ampliar o atendimento educacional por parte do poder público. Como aponta Cunha (1979, p. 12), “uma fração das classes dominantes procurou retomar o consenso pela articulação entre um aparelho escolar modernizado e a especialização do controle estatal sobre o ensino”.

Com a reorganização do Ministério de Educação e Saúde (MES), em 1937, que passou a se chamar Ministério de Educação e Saúde Pública (MESP), a educação começou a ser reconhecida no plano institucional como uma questão nacional. Com isso, foram implementada uma série de ações com relação à educação, dentre elas as reformas do Ministro Francisco Campos, em 1931; o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932); a Constituição de 1934 e a elaboração das leis orgânicas do ensino, de 1942 a 1946, por iniciativa de Gustavo Capanema, Ministro da Educação do Estado Novo (SAVIANI, 2004).

1.3 AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO GOVERNO VARGAS (1930-1945)

A chamada Reforma Francisco Campos (1932), foi instituída por uma série de decretos⁴. Em nível nacional instituiu oficialmente, a modernização do ensino secundário brasileiro, organizando a cultura escolar desse ensino, por meio da determinação de normas, como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos. Além disso, instituiu a seriação do currículo, a freqüência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal (ROMANELLI, 1991).

Romanelli (1991) aponta que com a Reforma Francisco Campos, pela primeira vez uma reforma abrangia profundamente a estrutura do ensino e a fazia cumprir em todo território nacional, marcando o início de uma ação mais objetiva entre o Estado e a educação.

Com efeito, o Conselho Nacional de Educação, criado pelo Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931, no âmbito dessa Reforma, “[...] constitui uma instância permanente, de jurisdição em todo o território nacional, destinado a cuidar das questões educacionais, analisando-as e propondo as soluções pertinentes” (SAVIANI, 2004, p.32).

O Decreto n. 21.241 de 1932 estabelecia no Título III o Registro de Professores, de acordo com o art. 87, “Fica instituído, no Departamento Nacional do Ensino. O Registro de Professores destinado à inscrição dos candidatos ao exercício do magistério em estabelecimentos de ensino secundário oficiais, equiparados ou sob inspeção preliminar” (BRASIL, Decreto n. 21.241, 1932, s/p).

Na análise de Romanelli (1991), a reforma Francisco Campos, teve pontos críticos que refletiram a instabilidade e as circunstâncias de caráter precário, na medida em que deixou o ensino primário e o ensino normal, além dos vários ramos de ensino médio profissional, marginalizados, tratando quase que exclusivamente do sistema educacional das elites.

Apesar de não contemplar o ensino primário, essa reforma assinalou um passo importante no sentido da regulamentação, em âmbito nacional, da educação brasileira (SAVIANI, 2004).

⁴ São eles: Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação; Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário; Decreto nº 19.852 de 18 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino secundário; Decreto 20. 158 de 30 de junho de 1931 e o Decreto nº 21. 241 de 04 de abril de 1932: Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências (ROMANELLI, 1999, p. 131).

O Ministério da Educação e Saúde Pública, assumido inicialmente por Francisco Campos, em julho de 1934, foi ocupado por Gustavo Capanema, que permaneceu no cargo até 1945. No ano de 1937, Capanema apresentou ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação e, em 1942, se iniciaram as reformas de ensino, nos níveis: primário e secundário, nas modalidades: ensino técnico profissional; industrial, comercial, normal e agrícola, expressas nas chamadas leis orgânicas do ensino (XAVIER, 1990).

Vieira (2008) cita que nem todas essas reformas foram realizadas sob o Estado Novo e que receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino por meio de decretos, abrangendo todos os ramos do ensino primário e médio, sendo complementadas posteriormente por outras e decretadas entre os anos de 1942 e 1946.

Em relação à Lei Orgânica do ensino secundário, Romanelli (1991, p. 157) explica que:

Em síntese, a julgar pelo texto da lei, o ensino secundário deveria: a) proporcionar cultura geral e humanística; b) alimentar uma ideologia política definida em termos de patriotismo e nacionalismo de caráter fascista; c) proporcionar condições para o ingresso no curso superior; d) possibilitar a formação de lideranças. Na verdade, com exceção do item b, constituído de um objetivo novo e bem característico do momento histórico em que vivíamos, a lei nada mais fazia do que acentuar a velha tradição do ensino secundário acadêmico, propedêutico e aristocrático.

Como se vê esse ensino refletia o momento político em que a sociedade brasileira se encontrava, promovendo a consciência humanística e a preparação intelectual de todos.

Já a Lei da reforma do ensino primário coincide com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei n. 8.530, de 02 de janeiro de 1946) e com o fim do regime ditatorial em outubro de 1945.

Com a queda da ditadura Vargas, a Presidência da República foi substituída por um governo eleito, que dentre outras medidas tratou de reorganizar o ensino primário e normal, como veremos a seguir.

1.4 A ESCOLA NORMAL APÓS O GOVERNO VARGAS

Após a queda de Vargas e durante o Governo Provisório, o ensino primário e normal foi reorganizado com base no Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946, da Lei Orgânica do Ensino Primário, e no Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946, da Lei Orgânica do Ensino Normal, representando a evolução do sistema de ensino brasileiro.

O ensino primário, enfim, recebia atenção do Governo Central, que por meio da Lei Orgânica do Ensino Primário, instituída pelo Decreto-lei n. 8.529/46, traçava normas para o ensino primário em todo o território nacional, subdividindo-o em duas categorias: o ensino primário fundamental, que ainda se dividia em primário elementar, com quatro anos de duração, e primário complementar, com duração de apenas um ano, e o ensino supletivo com dois anos de duração, que visava contribuir para a redução do analfabetismo no Brasil.

Outro fator importante foi à implantação do planejamento educacional, que teve como novidade a previsão de recursos para a implantação do sistema de educação primária, bem como serviu de instrumento para a implantação da reforma. Além disso, a reforma do ensino primário proporcionou a estruturação da carreira docente, fazendo referência, a sua remuneração, formação e normas para preenchimento dos cargos. (TANURI, 2000).

Com relação ao ensino normal, Tanuri (2000) ressalva que a Lei Orgânica do Ensino Normal, instituída na mesma data em que a Lei Orgânica do Ensino Primário foi promulgada, surtiu resultados administrativos semelhantes à do Ensino Primário, ou seja, centralizou as diretrizes e fixou normas para a implantação do ensino normal em todo território nacional. Assinala, porém, que como as demais Leis Orgânicas, essa lei cometia falhas no modo como funcionava o sistema de avaliação e a flexibilidade, pois aplicava muitas provas e exames, sem buscar unidade com os demais ramos do ensino.

A Lei Orgânica do Ensino Normal tornou oficial o objetivo do ensino normal, que de acordo com Romanelli (1991, p. 163 e 164) eram:

1. Prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias;
2. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas;
3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.

Como a Lei Orgânica tinha objetivos bem definidos, acabava por prever funções que, de alguma forma, seriam preenchidas pelo ensino normal. Essas funções se referiam aos cursos e aos currículos. Com relação aos cursos, estes foram subdivididos em 1º e 2º ciclo, sendo o primeiro para a formação de regentes de ensino primário, com quatro anos de duração e que funcionariam nas chamadas Escolas Normais Regionais, e o segundo, que continuava oferecendo os cursos de formação de professor primário, que duravam três anos e funcionavam nas unidades denominadas Escolas Normais Regionais (TANURI, 2000).

Essa lei não admitia o ingresso de candidatos maiores de 25 anos em qualquer dos dois ciclos, o que não era admissível tendo em vista que quase todo pessoal empregado no magistério primário excedia esse limite de idade e que, tal imposição proibia legalmente a

qualificação daqueles que já exerciam o magistério sem formação profissional adequada (ROMANELLI, 1991).

Assim como Tanuri (2000), Romanelli (1991) também afirma que essa lei se igualava às demais leis orgânicas, pois cometia os mesmos erros no sistema de avaliação e flexibilidade, que eram realizados em excesso.

O fim do Estado Novo representou um retorno ao regime democrático. A Constituição de 1946 garantiu a liberdade de pensamento, definiu a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário, estabeleceu legalmente que à União cabia legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional e, movida pela doutrina do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, trouxe de volta o princípio de que a “educação é direito de todos” (ROMANELLI, 1991).

Tanuri (2000) afirma que a Constituição de 1946, além de trazer de volta a inspiração ideológica dos educadores, propôs uma organização do sistema educacional que o descentralizava administrativa e pedagogicamente, de forma balanceada, sem que a União deixasse de assumir seu papel quanto à proposição das linhas gerais pelas quais deveria organizar-se a educação nacional. Além disso, destinou recursos mínimos à educação, para assegurar o direito instituído.

Nessa direção, Romanelli (1991, p. 170-171) menciona que:

O artigo 169 estipulava: ‘anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino’. Sabe-se que esses recursos não eram suficientes para efetivar o direito à educação assinalada nos dispositivos constitucionais. Todavia, a estipulação, em lei, da obrigatoriedade do poder público reservar, para esse fim, um mínimo de recursos, já revelava, da parte dele, certo grau de preocupação em estabelecer condições mínimas para que fosse assegurado aquele direito.

Com base nos preceitos emanados pela Constituição de 1946, o então Ministro da Educação, Clemente Mariani, instituiu uma comissão de educadores com a finalidade de examinar e sugerir um anteprojeto de reforma geral da educação nacional. A presidência desta comissão ficou a cargo do professor Lourenço Filho, que organizou os trabalhos em três subcomissões: uma para o Ensino Primário, uma para o Ensino Médio e outra para o Ensino Superior. Em novembro de 1948 este anteprojeto foi encaminhado à Câmara Federal, dando início a uma luta ideológica em torno das propostas apresentadas (ROMANELLI, 1991).

A partir de 1948, as lutas ideológicas em torno da organização do sistema educacional, recomeçaram em torno das discussões a respeito do projeto das Diretrizes e Bases, foi um

longo período marcado por marchas que obteve resultado apenas 13 anos depois com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961.

1.5 A ESCOLA NORMAL EM MATO GROSSO

Antes de descrever o processo de implantação da Escola Normal em Mato Grosso que remonta ao século XIX, apresenta-se aspectos econômicos e políticos do referido estado.

Em Mato Grosso os bandeirantes paulistas foram os primeiros colonizadores do período colonial (1500 – 1822). Conforme Correa (2000, p. 29), o fascínio pela região Oeste da América Portuguesa, numa primeira etapa, esteve voltado para a busca do indígena e sua consequência utilização como mão-de-obra escrava e para a procura de metais preciosos. No final da década de 1719, foram encontradas enormes jazidas de ouro, nas margens do rio Coxipó-Mirim, dando início à corrida do ouro, fato que ajudou a povoar a região, e na qual foi fundada a vila que deu origem a Cuiabá.

A partir de então teve início uma efetiva colonização da região, na tentativa de suprir suas necessidades vitais e criar melhores condições de defesa das terras conquistadas. No final do século XVIII e início do século XIX a economia mineradora deparou-se com grande declínio, enfraquecendo o vínculo econômico da região com os centros mais avançados.

De acordo com Corrêa (1981, p. 15), “A exploração aurífera em Mato Grosso não desenvolveu de forma continua, mas alternando períodos de grande euforia com fase de decadência”. Diante dessa situação foi necessário criar alternativa que viesse a substituir esse produto, onde os recursos que sobraram foram direcionados para a agricultura e pecuária.

No entanto, à distância entre Mato Grosso e os principais centros econômicos consumidores do Império impediam a exportação de seus produtos, tais como o açúcar, o fumo, o algodão, a mandioca, o gado. Devido o custo dos transportes, tornava inviável o consumo fora da região.

Mas ao longo do tempo, Mato Grosso entra em situação difícil de transição econômica, com a mineração em decadência; de forma que o investimento voltou-se para as atividades agropecuárias e comerciais. Diante disso, a elite mato-grossense envolvida na luta pelo poder político, somente em 1827 veio tomar medidas referentes à instrução (PALHARES, 2006).

Assim para tentar organizar o ensino, o governo da província José Saturnino da Costa Pereira, pela Lei n. 27 de 06 abril de 1837, criou várias escolas primárias em muitas localidades, vilas e lugares populosos, estabelecendo que os mestres ministrassem várias

disciplinas, e que o cargo de professores seria por concursos públicos, e também garantia a gratificação por tempo de serviço prestado.

Conforme Marcílio (1963), em 1835 o governo solicitou aos deputados provinciais, medida do Legislativo no campo da instrução pública para a criação de um inspetor das aulas, para fiscalizar as escolas. Nesse sentido, o então Presidente Alencastro comenta que a falta de professor qualificado, o atraso em que se encontrava o ensino, mas também a falta de comprometimento, por parte da família, com relação ao desinteresse que demonstravam em relação à educação dos filhos, justificava tal necessidade.

Na segunda metade do século XIX, a Guerra do Paraguai e a terrível epidemia de varíola, provocaram o fechamento de várias escolas, deixando os professores sem condição de exercerem suas funções, retornando o ensino a um estado caótico (SIQUEIRA, 2006).

Assim a instrução pública com a decadência material, originada da crise do minério e dos problemas que se desenrolam com a Guerra do Paraguai, exprimia o estado precário em que se encontrava a Província ao longo do século XIX. Na região, existiam poucas escolas, tanto no que se refere ao ensino de primeiras letras como ao ensino de nível secundário.

Segundo Leite (1979), o sistema escolar de Mato Grosso, era ineficiente e diante de uma situação financeira escassa, não teve condições de desenvolver, de imediato, ações no campo da educação.

Somente após o Ato Adicional de 1834, as Assembléias Legislativas das Províncias e o Estado foram considerados capazes de legislar sobre a instrução pública. A decisão das assembléias legislativas acabou pesando no orçamento das Províncias, que era muito restrito, mas mesmo assim os governantes entenderam que era necessário considerar um sistema escolar dentro de suas finanças. Deste modo, em 1835, a presidência da Província autorizava a criação de cadeiras de ensino primário em Cuiabá. Porém, além da falta de recursos financeiros, a Província não contava com mestres, elementos essenciais à instrução. (LEITE, 1979, p. 15).

Já em 1835 a presidência da Província autorizava, em Cuiabá, o ensino primário, assim como ficava autorizado a convocar os mestres:

[...] ficava o Presidente da Província autorizado a chamar, novamente, a exame, todos os mestres de primeiras letras, que estiverem em exercício, podendo-os demitir, se pelo exame conhecer que não tem a necessária instrução e prover outros em quem concorram os preciosos conhecimentos, probidade e bons costumes. É evidente que a Província não tinha mestres preparados para o mister e talvez nem todos fossem probos e de bons costumes, como exigia o documento legal. (LEITE, 1979, p. 15).

Conforme Siqueira (2006), o governador da província de Mato Grosso oficializara várias medidas sobre a instrução pública, que se encontrava desorganizada.

Ainda no governo de Pimenta Bueno foi criada a Lei n. 8 de 5 de maio de 1837, e aprovado o primeiro regulamento para a Instrução Pública em Mato Grosso.

Segundo essa lei:

[...] as escolas seriam do primeiro e do segundo grau e deveriam ser criadas em todas as povoações da Província que dispusesse de, no mínimo, vinte crianças em idade escolar. Nas escolas de primeiro grau seriam ministradas aulas de leitura, escrita, prática das quatro operações e religião. Já nas do segundo grau, ensinariam leitura e escrita, aritmética, até proporções, gramática da língua nacional, e doutrina cristã. (MARCÍLIO, 1963, p. 40).

De acordo com o mesmo regulamento os cargos de professores seriam preenchidos por meio de concurso e os pais que deixassem de mandar os filhos à escola sem justificativa, sofreriam punições por meio de sanções e multas tornando assim o ensino obrigatório.

Em 1838, considerando-se a necessidade de se investir na formação de novos professores e na qualificação dos que atuavam na instrução pública do estado, foram tomadas algumas medidas para a instalação de uma Escola Normal Primária, cuja criação foi prevista no Regulamento de 1837. Diante disso foi enviado à Província do Rio de Janeiro, para instruir-se na Escola Normal de Instrução Primária da cidade de Niterói, o professor Joaquim Felicíssimo de Almeida Louzada, com a finalidade no seu retorno, organizar e reger a Escola Normal em Cuiabá. No entanto, a Escola Normal da Província foi somente instalada em 1840, e extinta quatro anos depois, em 9 de novembro de 1844 (SIQUEIRA, 2006).

Em 1874, o então Presidente Miranda da Silva Reis levado pela sugestão feita pelo Inspetor de Estudos, qual seja, combinar algumas cadeiras com a criação de outras sem aumento de ônus para os cofres públicos, voltou a pensar na criação da escola normal, para habilitar professores de instrução primária (MARCÍLIO, 1963).

Assim foi elaborada e sancionada a Lei nº 13 em 9 de julho de 1874, que aprovou o Regulamento nº 6 de 3 de julho de 1875, conforme transcrição abaixo.

O Barão de Diamantino, Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional e Vice-presidente da Província de Mato Grosso. Faço saber a todos seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. Único: Fica aprovado o Regulamento de 30 de setembro de 1874, dado pelo Presidente da Província, em virtude do art. 2 da lei provincial nº 13, de 9 de julho do mesmo ano, para a Escola Normal desta capital, com as alterações nele feitas, e revogadas as disposições em contrário. (MARCÍLIO, 1963, p. 85).

Dessa forma, novamente, a Escola Normal foi instalada em 1875, contando com um Regulamento norteador das ações internas da instituição, orientando as inscrições e matrículas, os programas, a carga horária, o regime disciplinar, a avaliação e definindo as funções administrativas e pedagógicas. Sua duração, no entanto, foi mais longa que a anterior.

Quatro anos depois, em 13 de dezembro de 1879, no governo do Dr. João José Pedrosa, foi sancionada a lei que criou o “Lyceu de Línguas e Sciencias”, denominado Lyceu Cuiabano, que preconizava a junção do Lyceu e a já instalada Escola Normal. Conforme art.1º da Lei, além de habilitar professores para o magistério primário, o Lyceu também deveria preparar aspirantes para os cursos superiores do Império. (MARCÍLIO, 1963, p. 89).

Em 4 de março de 1880, o então governador da Província, General Rufino Eneias Gustavo Galvão, o Barão de Maracajú, expediu novo regulamento, cujo teor previa a habilitação para o magistério por meio de concursos, normas para provimento de cargos, contratos, jubilação, código de deveres, disciplina e penas, e ainda, em seu art. 204,

[...] em igualdade de condição, será dada preferência à mulher para exercer o magistério instigando-a assim a tomar parte nas lides intelectuais, para o que dispõe dos mesmos recursos que os homens, e de pendor natural, como educador por experiência. (MARCÍLIO, 1963, p. 90-92).

O Ensino Normal foi oferecido por quase uma década, ou seja, até a fundação do Externato Feminino para formação de mestras para o ensino primário, criado em 25 de abril de 1889 no Governo do Presidente Antonio Herculano de Souza Bandeira. Porém, extingue-se nos albores da República, ou melhor, foi mais uma vez absorvido, anexado ao Curso de Preparatórios, “após as primeiras arremetidas reformistas dos legisladores republicanos” (MARCÍLIO, 1963, p. 196).

A partir de 1891, o Liceu, onde também funcionava a Escola Normal, passou a ser regido pelo Diretor Geral de Instrução Pública que acumulava duas funções, uma delas, presidir a “Congregação do Lyceu Cuiabano” (SIQUEIRA, 2006, p. 24).

Segundo Marcilio (1963), de 1892 a 1896, a Escola Normal sofreram várias tentativas de implantação. O autor refere-se às modificações estabelecidas pelo Decreto de nº 10 de 7 de novembro de 1891 no governo do Presidente Dr. Manoel José Murtinho. Acentua que em mensagem o presidente conclui por preconizar a criação da escola normal a parte que se separe: “desde (o liceu) completamente o curso normal, pois tendo um e outro declara esfera diferente, não podendo funcionar juntos, sem os recíprocos estorvos”. E acrescenta: “tão logo, junta, nossas circunstâncias financeiras o permitam”. MARCILIO (1963, p.115-117).

Apesar das demandas dos educadores e autoridades educacionais instituírem a Escola Normal como uma unidade independente, dada a falta de recursos financeiros, isto não foi possível. Somente no Governo de Pedro Celestino foram tomas as providências para a instalação de uma escola normal no estado.

Segundo Palhares (2006), o Presidente do Estado tinha uma preocupação em introduzir rapidamente melhorias com referência a instrução pública, porque havia uma necessidade em cuidar da instrução popular, deste modo, era fundamental investir primeiro na formação bons professores.

1.5.1 A ESCOLA NORMAL EM MATO GROSSO NO CONTEXTO REPUBLICANO

No governo de Pedro Celestino Correa da Costa (1908-1911), a Lei n. 533, de 4 de julho de 1910, autorizava o Poder Executivo em Mato Grosso, a reorganizar a Instrução Pública do Estado, segundo Leite (1979, p. 116), nos seguintes critérios:

- a) Desmembrar a Diretoria Geral do liceu Cuiabano, que passará a ter sua própria diretoria;
- b) Criar na Capital um curso normal misto, tendo dependentes duas escolas primárias e um jardim de infância;
- c) Sujeitar os institutos particulares de ensino à Diretoria da Instrução Pública, quanto à ‘estatística, higiene e moral’;
- d) Promover acordo com os governos municipais, para fins de propaganda e fiscalização da instrução primária;
- e) Extinguir o curso complementar primário;
- f) Restabelecer as gratificações adicionais de antiguidade, aos professores que tivessem mais de dez anos de efetivo serviço no magistério, até o máximo de 50% dos respectivos vencimentos;
- g) Dar nova organização ao Conselho Superior de Instrução Pública.

Para tanto, do ponto de vista político-administrativo, Pedro Celestino Corrêa da Costa, então Presidente, estava realizando mudanças educacionais essenciais, tendo como parâmetro os moldes adotados por Estados mais desenvolvidos economicamente, como era o caso de São Paulo. Dessa forma, acreditava que caberia à educação sanar todos os “males” da população, ao mesmo tempo em que constituía um dos fatores de progresso para Mato Grosso.

Assim foi que em 4 de julho de 1910 aprovou a Lei n. 533, que juntamente com o Decreto 265, de 22 de outubro do mesmo ano, autorizava o Poder Executivo a reorganizar a Instrução Pública do Estado. Justificava da seguinte maneira, a necessidade de difundir a instrução pública:

Nenhuma reforma efficaz é possível na instrução primaria sem a conveniente habilitação das escolas dessa categoria, e sem o mais que se reger para a proficuidade dellas. Está o governo apparelhado para melhorar a parte material da instrucción, proporcionando-lhe todos os recursos necessários, mas faltam-lhes bons professores para todos os recursos necessários, mas faltam-lhe bons professores para todas as localidades, como é para desejar, e isso só se conseguirá com o tempo, preparando moços para o magistério publico que deve torna-se attrahente e de real proveito para a sociedade. Convencido da necessidade urgente que há, de cuidarmos do futuro da instrução popular [...] e convencido também de que o primeiro passo a dar para este fim é a formação de bons professores, mandei contractar dois normalistas em São Paulo, com o fim de crear aqui uma Escola Normal, de me habilitareis para leva-o a efecto nas condições desejáveis. (MATO GROSSO, 1910).

Dessa forma, no ano de 1910, no governo de Pedro Celestino Correa da Costa (1908-1911) a Escola Normal foi regulamentada pelo Decreto n. 266, de 3 de dezembro de 1910, no âmbito da reforma educacional instituída neste governo.

Com a reforma aprovada pela Lei nº 533 do Decreto 266, de 3 de dezembro de 1910, destaca-se a criação da Escola Normal de Cuiabá sendo instalada, no dia primeiro de fevereiro de 1911. A partir daí a Escola Normal recebeu atenção e a orientação pedagógica, sob a influência das idéias paulistas trazidas por professores contratados pelo estado. (MARCILIO, 1963, p. 129).

O governo do Estado trouxe dois professores paulistas: Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann, para reorganizar o ensino público primário e normal de Mato Grosso por meio de novas metodologias e, para racionalizar a organização escolar, garantindo mais ordem e produtividade ao ensino. Desta forma o curso normal foi reorganizado no estado do Mato Grosso no governo do referido governador.

Marcílio (1963) ressalta que por intermédio desses professores, considerados qualificados pelo Estado para atuar no ensino, a escola normal recebeu contribuições e orientações pedagógicas, além disso, eles articularam aos demais professores a idéia de que seria impossível ser mestre em tais assuntos sem antes praticar, ou seja, para ensinar era preciso, antes de tudo, aprender como fazer. A contratação de cargos efetivos para o magistério se daria através de concursos público.

Ainda com relação à reorganização do ensino e criação da Escola Normal, Leite (1979, p. 117), destaca que “o Regulamento da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso, dividido em seis títulos, 32 capítulos e 215 artigos, considerou minuciosamente todos os aspectos do ensino de acordo com as tendências e as doutrinas do tempo”.

A Reforma de 1910 não se distinguiu das outras anteriores e, o seu Regulamento é quase uma cópia integral do Regulamento de 1896. A distinção estaria na criação dos grupos escolares e Escola Normal. Quanto a sua abrangência, verificou-se que, inicialmente, as ações voltadas para a instrução pública tiveram maior impulso, em função de um relativo incremento econômico na região e que funcionou como um surto passageiro, perdendo força em meados da década de 1910 (JACOMELLI, 1998).

O referido Regulamento em seu Art. 1º declara que o ensino primário no estado de Mato Grosso seria leigo, gratuito, ministrado a todos os indivíduos, sem distinção de sexos e classes sociais. De acordo com o artigo 5º a obrigatoriedade era “para todas as crianças de sete anos a dez anos de idade”, além disso, seria dividido em dois graus. Também especifica que deveriam ser instaladas em várias cidades e vilas do estado, instituições escolares atendendo o sexo masculino e feminino e regida por professores e professoras. Com relação ao Art. 4º deveriam ser ministradas as seguintes disciplinas:

- Escola do 1º grau: Leitura, escrita, cálculo aritmético sobre números inteiros e frações, língua materna, geografia do Brasil, deveres cívicos e morais e trabalhos manuais apropriados à idade e ao sexo dos alunos.
- Escola de 2º grau: As mesmas do 1º e mais: gramática elementar da língua portuguesa, leitura de prosa e verso, escrita sob ditado, caligrafia, aritmética até regra de três, inclusive, sistema legal de pesos e medidas, morfologia geométrica, desenho a mão livre, moral prática e educação cívica, geografia geral e história do Brasil, cosmografia, noções de ciências físicas, químicas e naturais e leitura de música e canto. (MATO GROSSO, 1910).

O Regulamento assinala, ainda, que o ensino primário, deveria ser intuitivo e prático e não permitia o sistema de ensino por monitores. Além disso, declarava a proibição do castigo corporal, salvo as penas disciplinares estabelecidas no parágrafo 25: “Repreensão em particular; repreensão perante a escola; privação dos bilhetes de satisfação; retenção com trabalho de estudo; suspensão por 30 dias; exclusão por um ano letivo; despedida definitiva”.

Ainda em relação ao Regulamento de 1910, os professores deveriam ser contratados por meio de concursos públicos e cumprir com seus deveres de profissionais, tais como comparecer pontualmente à escola, estar vestido adequadamente, e corresponder com as atividades pedagógicas estabelecidas, manter a ordem e disciplina escolar, onde os castigos físicos eram absolutamente proibidos e também promover e acompanhar o desenvolvimento dos alunos (MATO GROSSO, 1910).

Em 13 de maio de 1914, o Presidente Joaquim Augusto da Costa Marques (1911-1915) por meio do Decreto nº 353 instituiu um novo regulamento à Escola Normal, alterando

o curso para quatro anos, vigorando até o segundo mandato de Pedro Celestino (1922-1926), que, por sua vez, introduziu outra reforma no ensino normal pelo Decreto nº 643, de 9 de agosto de 1923, com alterações na orientação pedagógica e criando o Curso Complementar, com etapa intermediária à admissão à Escola Normal (MARCÍLIO, 1963).

Após a reforma que reorganizou o ensino primário, o então presidente Mário Corrêa da Costa (1926 -1930) apontou a necessidade de melhorar a formação dos professores. Dessa forma, foi criada uma Comissão de professores para elaborar a reforma para a Escola Normal. No governo de Mario Correa da Costa (1926-1930), foi expedido o Decreto n. 759 de 22 de abril de 1927 e aplicado no ano de 1928, que regulamentou a instrução primária (MARCÍLIO 1963).

1.5.2 A ESCOLA NORMAL NO SUL DO ESTADO

Em 1930 a Escola Normal foi implantada no sul do Estado, em Campo Grande, como consequência das mudanças político-econômicas na região, ou seja, a Escola Normal Joaquim Murtinho, instalada em 21 de Abril de 1930, sendo a primeira instituição pública voltada à formação de professores no Sul do Estado (MARCÍLIO, 1963), instalada no prédio do Grupo Escolar Joaquim Murtinho, criado em 1922 e transferido para prédio próprio em 18 de julho de 1926, no governo do presidente Dr. Aníbal Toledo (22/1/1930 a 30/10/1930), sendo, portanto, a primeira instituição sul-mato-grossense dessa natureza, antecedida somente pela Escola Normal Pedro Celestino, de Cuiabá (OLIVEIRA; RODRÍGUEZ, 2009).

Ainda conforme Zandavalli (1997), as escolas normais existentes no sul do estado, são instituídas em 1930, entre elas, a Escola Normal Dom Bosco, que iniciou em 1926, em prédio alugado, como instituição particular e mantida pelas freiras da congregação salesiana, instalada em 1930, já com prédio próprio começa a funcionar como Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, passa a ser equiparada às do Estado em 1931, pelo Decreto nº 98, do Interventor Federal do Estado, Artur Antunes Maciel. O processo de implantação desta Escola é objeto do capítulo II.

Na mensagem de 1930 o Presidente do Estado de Mato Grosso, Dr. Annibal Toledo, enalteceu a organicidade da instrução em Mato Grosso, espelhada nos métodos paulistas, o estado mais avançado do Brasil, significando que Mato Grosso estava no rumo certo do desenvolvimento. Segundo o presidente,

O ensino é um dos serviços públicos mais eficientes no nosso Estado. Iniciada em 1910 a adoção dos métodos pedagógicos modernos com a introdução de professores paulistas, a semente se desenvolveu nesta capital, como em terreno fértil, e propagou pelas cidades principais em grupos escolares que vão apresentando resultados compensadores do esforço e dos encargos que impõem ao Tesouro. (MATO GROSSO, 1930).

Vale ressaltar, conforme Sá e Sá (2008, p. 68) que “Os professores que lecionavam na Escola Normal eram cidadãos mato-grossenses, sem qualquer formação pedagógica, nomeados pelo Governo”. Os autores destacam que,

Foi no ano de 1912 que, pela primeira vez, uma mulher lecionou na Escola Normal, assumindo a aula de música e não uma cadeira de cunho científico. Essa mulher era Azélia Mamoré de Mello, esposa do diretor, o paulista Leowegildo Martins de Mello.

A partir de 1930, em função da nova situação política os Estados da Federação, de 1930 a 1945, passaram a ser governados por intelectuais, nomeados diretamente por Getúlio Vargas. Mato Grosso foi dirigido por nove deles, sendo que oito tiveram governos efêmeros. Apenas Júlio Strubing Muller, o último, permaneceu no poder por um período de oito anos, ou seja, de 1937 a 1945, o que demonstra que esse foi um período de grande instabilidade política (SIMIÃO, 2006).

Como consequência da tentativa de implantação da reforma no governo de Júlio Strübing Muller (1937-1945), a Escola Normal foi fechada em 1940 e ficou inativa durante sete anos. Nessa época o estado contava com três ginásios oficiais nas cidades de Cuiabá, Corumbá e Campo Grande, sendo essas instituições que assumiram a formação dos professores, com funcionamento junto aos liceus uma Seção Normal, ou seja, a antiga Escola Normal e Curso Especializado de professores (OLIVEIRA; RODRÍGUEZ, 2009).

Com isso, o interventor Júlio Strübing Muller apresentou ao então Presidente da República, Getúlio Vargas, um relatório que informava sobre os vários cursos de ensino secundário e explicava que na cidade de Campo Grande funcionava o Liceu Campograndense, instituição criada pelo Decreto nº 229 de 1938, ilustrando o número considerável de alunos da instituição. O relatório ainda referia-se à incorporação da Escola Normal Pedro Celestino ao Liceu Cuiabano e a criação do Curso Complementar Especializado para o magistério primário (OLIVEIRA; RODRÍGUEZ, 2009).

De acordo com Marcílio (1963, p. 164), a incorporação da Escola Normal “Pedro Celestino” ao Liceu Cuiabano foi considerada lamentável, porém o Interventor Júlio Muller justificou sua atitude apontando “o excesso de normalistas então existentes e a conveniência

de que os candidatos ao magistério se aperfeiçoassem através de um curso mais longo e mais profundo, o ginásial”.

Em 21 de junho de 1946, o Interventor Federal, Olegário Moreira de Barros, substituto de Julio Muller, assinou o Decreto-lei nº 726, autorizando o Poder Executivo a extinguir a Diretoria Geral da Instrução Pública, em conformidade com o que regia a Constituição Federal, porém, o mesmo decreto em seu artigo 2º também criou o Departamento de Educação e Cultura do Estado para exercer as atribuições da Diretoria Geral, além de superintender o Ensino Secundário, do primeiro e segundo ciclos, o Normal e o Profissional e o Técnico do Estado (MARCILIO, 1963).

Segundo, ainda, Rodríguez e Oliveira (2009, p. 114), no governo de José Marcelo Moreira foram elaborados o Regulamento das Escolas Normais do Estado pelo Decreto nº 287 de 26 de março de 1947, que determinava e garantia no Capítulo I Secção I, Art. 1º a natureza e fins e no Art. 2º garantia a sua gratuidade:

Art. 1º o ensino normal tem por fim:

- Promover a formação do pessoal necessário às Escolas primárias do Estado.
- Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas.
- Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.

Art. 2º – O ensino ministrado pelas Escolas Normais do Estado será gratuito e facultado a ambos os sexos.

A Escola Normal de Campo Grande foi restabelecida oficialmente no Estado durante o governo do advogado José Marcelo Moreira (1946-1947), por força do Decreto-Lei nº 834, de 31 de janeiro de 1947, com a criação de duas escolas normais: Pedro Celestino e a Joaquim Murtinho. Após a criação dessas escolas o Decreto nº 287 de 26 de março de 1947 regulamentou as Escolas Normais do Estado organizando-as em dois ciclos, conforme a Lei Orgânica do Ensino Normal, o primeiro voltado à formação de regentes de ensino de quatro anos e o segundo na formação de professores para o ensino primário. (MARCÍLIO, 1963).

Os dois ciclos da Escola Normal em Campo Grande funcionaram em conformidade com o art. 9º, da vigente Lei Orgânica do Ensino Normal, com as seguintes cadeiras:

1ª Série - Português, francês, noções de anatomia e fisiologia humanas, metodologia do ensino primário, desenho e artes aplicadas, música e canto, educação física, recreação e jogos.

2ª Série - Português, francês, inglês, psicologia educacional, fundamentos sociais da educação, puericultura e educação sanitária, mitologia e prática do ensino primário, desenho e artes aplicadas, música e canto, educação física, recreação e jogos.

Outro Regulamento do Ensino Normal foi baixado pelo Decreto n. 590, em 31 de novembro de 1948, durante o governo de Arnaldo Figueiredo (1947-1950). Este Regulamento determinava que a Escola Normal se organizasse em dois ciclos: o primeiro como curso normal regional com quatro anos de duração, que correspondia ao ginásial, que contava com uma organização curricular diferente da Escola Normal, e o segundo como escola normal de dois anos. Em 30 de dezembro de 1949, naquele mesmo governo, a Escola Normal foi novamente regulamentada para atender as exigências da Lei Orgânica do Ensino Federal, que regulamentava as escolas particulares (MARCÍLIO, 1963).

A mensagem do governador do estado Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, à Assembléia Legislativa de 1948, referia-se a esta regulamentação da seguinte forma:

A formação do professor primário cabia as Escolas Normais "Pedro Celestino", desta Capital e "Joaquim Murtinho", de Campo Grande. Por força do Decreto nº 112, de 29 de dezembro de 1937, esse serviço passou a ser feito no curso especializado para professores, do Liceu Cuiabano, e, em Campo Grande em igual curso anexo ao Liceu Campo-grandense (Decreto nº 229, de 27 de dezembro de 1938). Posteriormente esses cursos foram suprimidos, ficando o Estado desprovido de órgãos formadores de professores primários [...].

A mensagem ressalta, então, o restabelecimento da escola Normal no estado, em 1947.

[...] Em 31 de janeiro de 1947 o Decreto - lei nº 834, restabeleceu o ensino normal, criando as escolas "Pedro Celestino", e "Joaquim Murtinho", nos moldes do Decreto-lei nº 8.530 de 2 de janeiro de 1946 (Decreto Federal - Lei Orgânica do Ensino Normal). Esses cursos, no entanto, devido a situação financeira do Estado, não foram instalados no ano de 1947. Aquele Departamento tem em mira promover a instalação das duas Escolas Normais em 1948, as quais funcionarão em concordância com o artigo 9º, da Lei Orgânica, acima citada, isto é, em curso intensivo de dois anos, do 2º ciclo. Esta resolução é determinada pela premência que o Estado possui, de preparar para o início de uma nova fase no sistema do ensino primário. Em Campo Grande funcionou a Escola Normal anexa ao Ginásio Maria Auxiliadora, sob orientação das Revmas. Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, e cuja outorga foi concedida pelo Governo do Estado, sob fiscalização oficial. (MATO GROSSO, 1948, p. 56).

Esta mensagem indica a abertura das escolas normais, Pedro Celestino em Cuiabá e Joaquim Murtinho em Campo Grande, favorecendo prover a formação de pessoal necessário às escolas primárias do estado. Refere-se, também, à autorização do governo, para funcionamento da Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Ressalta-se que a Lei Orgânica do Ensino Normal, instituída pelo Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946, mesma data em que a Lei Orgânica do Ensino Primário foi

promulgada, surtiu resultados administrativos semelhantes a do Ensino Primário, ou seja, centralizou as diretrizes e fixou normas para a implantação do ensino normal em todo território nacional (ROMANELLI, 1991).

A referida Lei só repercutiu em Mato Grosso no ano de 1948 sendo regulamentada novamente em 1949, outorgando em seu Art. 40 mandatos a estabelecimentos particulares, Conforme Marcilio (1963, p. 167-168),

Não menos importante tem sido ela no período republicano, pois vamos encontrar, ainda nos seus albores, ao lado das instituições oficiais, inúmeros estabelecimentos de ensino do gênero, concorrendo de maneira eficaz e decisiva, para difusão da cultura mato-grossense.

Nas décadas de 1930, 1940 e 1950 verifica-se a presença da iniciativa particular na oferta de instrução em Mato Grosso e algumas escolas foram instaladas em todo estado, inclusive no sul, além do curso normal também foram criados colégios em várias cidades. Sendo assim, o próximo capítulo trata do processo de implantação da primeira Escola Normal privada no Município de Campo Grande.

CAPÍTULO II

A ESCOLA NORMAL DO COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA EM CAMPO GRANDE: A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Neste capítulo busca-se analisar o processo de implantação da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, no município de Campo Grande, Sul do Estado de Mato Grosso, enfatizando-se os principais aspectos didático-pedagógicos presentes na organização dessa Escola. Para a compreensão desse processo serão abordados, inicialmente, alguns aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais do referido município.

2.1 O MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE

Em 21 de junho de 1872, o mineiro José Antônio Pereira, saiu de seu Estado de origem acompanhado de sua esposa, seus filhos, além de muitos agregados equipados por carros de bois e outros animais domésticos. Chegando ao local escolhido, nas terras onduladas da Serra de Maracajú, na confluência de dois córregos, depois denominados Prosa e Segredo, deu-se início ao Arraial dos Pereiras, origem da cidade de Campo Grande. Esta área completamente desabitada da região sul do Estado de Mato Grosso, servia apenas como passagem para aqueles que procuravam chegar a Camapuã e depois continuarem a jornada, em busca do ouro em Cuiabá. (PEREIRA, 2001).

Bittar (2004, p. 6) esclarece que:

[...] quando aqui chegou em 1872, José Antonio Pereira já encontrou estabelecido o João Nepomuceno. Travaram conhecimento, José o encarregou de tomar conta de suas roças enquanto voltasse a Minas para buscar a família. Assim foi feito e o fato que dá primazia de fundador a José Antonio é que foi ele quem marcou o local e depois organizou o povoado.

José Antônio Pereira, traçando os limites do povoado, denominou-o Santo Antônio⁵ do Campo Grande, em homenagem ao santo de sua devoção. Nos anos seguintes, entre 1876 a 1879, o fundador, José Antônio Pereira, cumprindo uma promessa, construiu uma igrejinha de pau-a-pique coberta de telhas transportadas do abandonado Camapuã (CONGRO, 2003).

Conforme Congro (2003), a enorme extensão das terras não ocupadas, a sua ótima qualidade para cultura e criação e, sobretudo, o clima ameno, elementos seguros de prosperidade, fizeram a atração de inúmeras pessoas, vindas não só de Minas, como de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de outras províncias.

Assim descreve Bittar (2004, p. 7-8),

A pecuária propiciou o seu primeiro núcleo de atividade comercial e, com a demora dos boiadeiros e suas comitivas na vila, surgiram às pensões, armazéns, bares, cabarés e casas de jogo. As transações com o gado, ao atrair atividades a elas ligadas, começaram a gerar a fama de que na vilazinha promissora corriam juntos o boi e o dinheiro. Essas notícias atraíam também novas caravanas, novos moradores, chamados de ‘mudanceiros’, alterando o perfil e a composição social do núcleo inicial do povoado.

Após a Proclamação da República Brasileira, em 1889, a Lei Estadual nº 792 criou o Distrito de Paz de Campo Grande, sendo Bernardo Franco Baís nomeado o primeiro juiz de paz (CONGRO, 2003).

No mesmo ano, a Resolução n. 225, de 26 de agosto, elevou Campo Grande à categoria de vila, criando-se o município de Campo Grande, quando foi nomeado o primeiro Intendente, Francisco Mestre, que exerceu o cargo até 1902, ano da implantação definitiva do município (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2005). No povoado chegavam imigrantes procedentes de outros estados e de países vizinhos, tornando-o centro de comercialização de gado e outras mercadorias.

Bittar (2004, p. 4) assinala que,

Uma ‘vila pobre e caipira’: assim era Campo Grande desde a sua fundação até o início do século XX. Nascendo longe do Rio Paraguai, o ‘caminho das águas’, num momento em que outras localidades do então sul de Mato Grosso exerciam função estratégica, o povoado acabou se beneficiando de sua localização geográfica, um dos grandes fatores do seu desenvolvimento.

⁵ Monge franciscano conhecido como Santo Antonio de Pádua ou de Lisboa tem sido ao longo dos séculos, objeto de grande devoção popular. Sua veneração é muito difundida nos países latinos (AMARAL, 2010, p. 10).

Foi entre 1904 e 1909, na gestão de Manoel Inácio de Souza, também conhecido como Manoel Taveira, que se construiu na Rua Velha (atual Rua 26 de Agosto) de taipa⁶, a sede da Gestão de Campo Grande. No ano de 1906 cresce rapidamente o número de migrantes, bem como de imigrantes na cidade. Os vereadores nesse ano passam de cinco para nove e aprovam a organização de ruas, de tal forma que elas fossem alinhadas. Por fim, passado três anos, é construído na vila o seu primeiro matadouro (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2005).

Só em 1910, com a emancipação da cidade, foi construído o primeiro prédio público de Campo Grande. Um dos destaques desse período é a apresentação do Código de Posturas Municipal, onde se destacava a preocupação em coibir a violência na cidade e arredores (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2005). Em 1911, a cidade já tinha cerca de 300 casas e 1.500 habitantes transformando-se, rapidamente, em próspero “empório de gado” (BITTAR, 2009, p. 189).

Com o início da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, concluída em 1914 pelo governo federal, grande progresso aconteceu na cidade que ali nascia. Por ligar-se com São Paulo, Campo Grande passou a ser uma região de importância política e de apoio aos interesses econômicos e militares da época. Com a finalidade de formar uma pequena colônia ao lado da Estação Ferroviária, alguns imigrantes que trabalhavam na construção da Estrada de Ferro, resolveram permanecer na cidade após o término da obra. Nessa época Campo Grande contava com uma população aproximada de 2.000 habitantes (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, AYUMI, 2005).

De acordo com Rosa (1990, p. 21):

O fluxo migratório provoca a presença de outras culturas e acentua a necessidade de definir-se nova identidade, visto que os elementos que se integram à cultura sul-mato-grossense determinam o surgimento de novo processo cultural no Estado.

A chegada dos trilhos da Noroeste, em 1914, foi o marco decisivo para o crescimento da cidade, que despontava como uma das mais progressistas do Estado de Mato Grosso.

A abertura dessas vias de comunicação e transporte no final da primeira década do século XX deu impulso ao crescimento de Campo Grande. Engenheiros a serviço da Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil chegam para estudar o terreno e definir o traçado da ferrovia, além disso, o

⁶ A taipa é uma técnica construtiva à base de argila (barro) e cascalho empregue como objetivo de erguer uma parede, muito comum nesta época (SOARES, 1997, p. 684).

contrato com o Governo Federal permitia-lhes interferir na estruturação da área urbana advinda daí um planejamento para ordenar a sua ocupação com vistas à expansão [...]

Por essa época, Campo Grande começa a atrair os moradores de Nioaque, até então o centro político do sul de Mato Grosso, principalmente advogados, que buscavam maiores perspectivas profissionais [...] (BITTAR, 2004, p. 8-9).

Em 1916 foi instalada a energia elétrica e a 16 de julho de 1918, a Lei nº 772 elevou Campo Grande à categoria de cidade. A partir daí o crescimento foi acelerado. A cidade já contava com cerca de 10 mil habitantes, três agências bancárias, correios e telégrafos, várias repartições públicas e estabelecimento de ensino primário e secundário, abastecimento de água canalizada, telefone e clubes recreativos (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2005). Em 1920, sua população total era de 21.360 habitantes, e em 1960, este número chegou a 73.258 habitantes, demonstrando desta forma, que desde sua fundação, exercia fascínio em todos os que ali chegavam, revelando a idéia de progresso. Além da ferrovia, após a transferência do Comando Militar de Corumbá, Campo Grande se torna a “capital militar do estado”⁷, facilitando sua participação nos movimentos tenentistas (BITTAR, 2009, p. 194-196).

Após a experiência de 1932, acentua Bittar (2009, p. 187), as lideranças políticas do sul “[...] começam a se projetar e a se organizar em termos da defesa dos interesses econômicos e políticos dessa região do estado polarizando com as lideranças do centro-norte”.

Quanto às manifestações divisionistas, correspondentes ao período de 1920 até 1930, assim sintetiza Bittar (2009, p. 187-188):

1º) desde 1920 a região sul de Mato Grosso começa a ser palco de movimentos político-militares que agitavam o país, deslocando-se da lógica que até então marcava a sua posição na política mato-grossense;

2º) em decorrência desse fenômeno, o sul passa a ser mais influenciado politicamente pelo que acontece nos grandes centros do país, notadamente São Paulo, do que pela política estadual, representada por Cuiabá;

3º) as lideranças do sul, desde, 1932, passam a operar em termos da disputa política estadual movidas pelo regionalismo expresso na dicotomia norte-sul, que se acentuou após a derrota paulista. Por isso, há também, a partir de então, certo distanciamento das lutas internas das oligarquias hegemônicas do norte;

⁷ Conforme Bittar (2009, p. 197), “A sua posição geográfica e o fato de ser atravessada pela ferrovia favoreceram-na quando o ministro da Guerra Pandiá Calógeras, durante o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), decidiu que ela sediaria a 9ª Região Militar, o que contribuiria para firmar a sua supremacia em todo o sul do estado”.

4º) essa mudança no comportamento político das elites do sul revela não só o seu amadurecimento como a sua afirmação econômica, uma vez que a pujança do sul também vai se fortalecendo e se consolidando;

5º) o levante de 1932 proporcionou ao sul de Mato Grosso, senão separar-se do norte, pelo menos fortalecer o ideal divisionista, tornando-o pela primeira vez, uma causa pública (no sentido do seu deslocamento da lógica das lutas armadas de grupos oligárquicos do passado recente) e torná-la exequível no futuro;

6º) firmou a liderança de Campo Grande, que já era sede da 9ª Região Militar desde 1921, como centro político e econômico do sul.

A síntese acima mostra que Campo Grande, segundo a autora,

[...] desde a sua fundação, parece ter exercido certo encantamento aos a que nela chegavam. Jornais, livros e documentos do passado revelam a idéia de progresso como aspecto sempre presente na trajetória do pequeno lugarejo de três ruas no início do século XX que se tornou a capital de um novo estado na sétima década desse mesmo século. (BITTAR, 2009, p. 195).

De acordo com Bittar (2009, p.315), “afastada das articulações sigilosas, ocorridas nos bastidores da divisão, a população do sul de Mato Grosso foi surpreendida com a notícia do desmembramento do estado”. O projeto de Lei foi votado em setembro de 1977, pelo Congresso Nacional. O presidente Geisel sancionou, no dia 11 de outubro de 1977, a Lei Complementar nº 31 que criou o Estado do Mato Grosso do Sul.

Desse modo, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto em 11 de outubro de 1977, com a presença de autoridades de Mato Grosso e de numerosa comitiva do sul do estado, o presidente Geisel sancionou a Lei Complementar n. 31, que criava o novo Estado. (CAMPO GRANDE, 1999, 69).

O estado-sonho tornava-se, enfim, estado-realidade. Provavelmente, porém, o sonho não era de todos. A população privada da participação mostrou, com o seu silêncio, um misto de indiferença e aprovação. Uma parte, de fato, era favorável à divisão do estado, mas isso nunca foi mensurado. O que os jornais registraram foi a ‘passeata monstro’, em Campo Grande, para comemorar o acontecimento. (BITTAR, 2009, p. 316).

Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, ocupa posição privilegiada geograficamente, ou seja, está localizada no centro do estado, eqüidistante de seu extremo norte, sul, leste e oeste; está também localizada sobre o divisor de águas das Bacias dos rios Paraná e Paraguai, o que facilitou a construção das primeiras estradas que até aqui chegaram ou que daqui partiram (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2005).

2.2 A CRIAÇÃO, INSTALAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA

As mudanças ocorridas na Europa, na segunda metade do século XIX, tiveram suas raízes nas alterações provocadas pela Revolução Industrial, ocorridas na Inglaterra no final do século XVIII. Nas últimas décadas do século XIX, a França viveu momentos conturbados, marcados por acirradas contradições sociais, políticas e econômicas. Entre o período de 1832 a 1848, era a Itália um conglomerado, principalmente de reinos e ducados sob forte influência da Igreja, também possuidora de muitas terras. Devido a este fato surge então um movimento pela reunificação do país. Claro, pois, o primeiro alvo foi o poder da Igreja, que começou a sofrer uma série de limitações e dificuldades. Este movimento transformou-se em guerra civil (PENTEADO, 1996)

Em decorrência, Penteado (1996, p. 19) assinala que teve início uma “discussão do que seria uma lei que suprimisse as comunidades religiosas e o confisco dos bens da igreja”. Foi nesse clima de tensão e de terror que Angela Maccagno ou Angelina, grande colaboradora do apostolado na época, “ajudada pelo Pe. Pestarino e o Pe. Frassinetti, depois de muita luta (mais de três anos de luta), conseguiu criar a Associação das Filhas da Imaculada, cujo regulamento foi aprovado em 1855” clandestinamente e, apenas em 1857, tornou-se oficial.

Inicialmente as então filhas de Maria Imaculada eram cinco jovens: “Angela Maccagno, Maria Mazzarello, Maria Areco, Joana Ferrentino e Josina Mazzarello”. Dentre elas, destacava-se Maria Mazzarello, a mais jovem, mais devota, porém pragmática, que trocava suas horas de oração pela ajuda real aos necessitados, chegando a cuidar de doentes de maneira “insana e santamente”, demonstrando sua vocação à ordem religiosa.

Penteado (1996, p. 19) cita que as crônicas do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora registram um fato definitivo, que surge após uma indicação em sonho de Maria Mazzarello: “[...] quando Angelina vê moças reunidas, brincando no pátio, com grande espaço, como se fosse um Colégio [...]” a partir daí, tiveram a idéia de abrir uma pequena sala de costura, embrião secreto, a semente objetiva da futura congregação em 1862.

Um dia, quando passava pela colina de Borgoalto, de súbito, vê a sua frente um grande edifício, com aparência de um colégio e muitas jovens brincando no pátio. Parou cheia de espanto e murmurou: Que estou vendo? Aqui não há nenhum castelo! E, ao mesmo tempo, sentiu algo que lhe dizia: Confio estas meninas a você! (PENTEADO, 1996, p. 19).

Em visita a Mornese, no ano de 1864, Dom Bosco conhece as Filhas de Maria Imaculada. Incentivado por Dom Bosco, Pe. Pestarino, agora membro da congregação, que tinha como objetivo o trabalho com jovens - as meninas pelas Filhas, de Maria Imaculada, e os meninos pelos Salesianos, iniciou em 13 de junho de 1865, em Borgoalto, a construção de uma escola para meninos.

Em 1867, a convite do Padre Pestarino, as integrantes da associação Filhas de Maria Imaculada foram morar nesta edificação, com suas oficinas de bordado e costura hospedaria e oratório. A partir daí surgia a Casa da Imaculada. Nela Maria Mazzarello, Petronilla, Joana Ferrettino, Teresa Pampuro e três alunas internas, viviam em situação de pobreza, porém nada desanimava.

Conforme Penteado (1996) em julho de 1871, Dom Bosco⁸ comunicou ao Padre Pestarino que o Capítulo Superior dos Salesianos concordara com a criação de uma congregação feminina. Em 5 de agosto de 1872, onze mulheres fizeram seus votos religiosos e outras três ingressaram como noviças surgindo assim, o Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora, a Congregação das Salesianas Irmãs, sendo a sua fundadora Maria Mazzarello. Esta congregação, hoje chamada de Filhas de Maria Auxiliadora é formada por irmãs religiosas dedicadas à educação da juventude, fazendo para as meninas o que Dom Bosco fazia para os meninos, ou seja, trabalhando com dedicação a educação.

Segundo, mais uma vez, Penteado (1996, p. 27):

[...] eram ríjas aquelas italianinhas. Obstinadas em sua missão e predestinadas a abrir caminhos, levando a boa educação e a palavra de Cristo. Essa, a razão de ser de sua obra! Tinham sido escolhidas duas vezes: primeiro, o chamado de Cristo para a vocação; depois, em 1925, o chamado da história, para fundar um colégio nestes rincões perdidos, neste vilarejo distante, que era Campo Grande.

É preciso esclarecer que os padres vindos da Itália em 1894, pertencentes à Congregação do Padre Dom Bosco, chegaram a terras mato-grossenses, com o objetivo de

⁸ Nascido a 16 de agosto de 1815 em Colle dos Becchi, no Piemonte, Itália, uma localidade junto de Castelnuovo de Asti (agora chamada de Castelnuovo Dom Bosco). Filho de camponeses, órfão de pai aos dois anos. Desde os mais tenros anos sentiu-se impelido para o apostolado entre os companheiros. Sua mãe, que era analfabeta, mas rica de sabedoria cristã, com a palavra e com o exemplo animava-o no seu desejo de crescer virtuoso aos olhos de Deus e dos homens. Um dos Santos mais populares da Igreja e do mundo. Foi sua missão específica a educação cristã da juventude, num tempo em que essa porção da sociedade humana começava a ser atacada por novos e perigosos inimigos. Fundador e Pai da Família Salesiana. (Fonte: PIZARRO, Kátia. História de Dom Bosco. *Informativo Paroquial Sagrada Família*, São José dos Campos, ano 12/IX, p. 5, nov. 2009. Disponível em: <www.salesianosdobrasil.org.br>).

evangelizar a população indígena na região próxima a Cuiabá – capital do estado de Mato Grosso.

A Congregação Salesiana foi criada pelo Padre João Bosco, em 8 de dezembro de 1859, em Turim, Itália. Com o nome de ‘Sociedade de São Francisco de Sales’, a Congregação reunia, à época, seu fundador, Dom Bosco, então com 44 anos de idade, e mais 17 membros; atualmente a presença salesiana estende-se a 130 (cento e trinta) países do mundo. Uma das principais atividades a que se destinam os salesianos são aquelas ‘diretamente’ relacionadas à educação: oratórios e centros juvenis, escolas de diversos graus e centros profissionalizantes, internatos e casas para jovens em dificuldade financeira, universidades, centros de catequese e de pastoral. (GIACOMTTO; MARTINELI; RINALDI, 2000, p. 51).

A doutrina das Irmãs Salesianas⁹ ‘levar a boa educação e a palavra de Cristo’, tornou-se referência para o estado de Mato Grosso do Sul, bem como para a educação brasileira, pois implantaram um sistema de educação que abrangia crianças, jovens e adultos, além de instituírem um intenso movimento cultural e educacional que refletia as preocupações voltadas às questões econômicas, sociais e políticas que a sociedade brasileira enfrentava (BITTAR, 2001, p. 13).

No final da década de 1920, quando Campo Grande encontrava-se em pleno desenvolvimento econômico, especificamente em 1925, aconteceu a visita de um clérigo apostólico ao Estado de Mato Grosso. Quando chegou a Cuiabá, em conversa pessoal com a superiora e inspetora das Filhas de Maria Auxiliadora, Irmã Francisca Lang, solicitou a fundação de um colégio católico no Sul do Estado, na cidade de Campo Grande (PENTEADO, 1996, p.26).

A inspetora apresentou as divergências, as dificuldades que o senhor bispo de Corumbá alegava para conseguir a licença que permitiria a fundação e o funcionamento do colégio. Para tal finalidade, o clérigo apresentou o pedido de abertura por escrito, via telegrama. Sua Eminência aprovou de imediato, concedendo e abençoando a fundação do colégio. Segundo Penteado (1996, p. 29):

⁹ Em 1872, Dom Bosco recebeu permissão do Papa Pio IX para fundar canonicamente a Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora. Em 1874 Maria Dominica foi eleita Superiora Geral das Filhas de Maria Auxiliadora, popularmente conhecida como Irmãs Salesianas, com a casa matriz em Nizza, Monferrato. A Congregação cresceu rapidamente. Em 1876 ela enviou 6 freiras para fundar uma casa na Argentina para onde vários italianos haviam emigrado. Por volta de 1900 havia 800 fundações em existência e as atividades expandiam para caridade e o ensino superior. Hoje a Congregação tem cerca de 1400 casas em 54 países e é a segunda Ordem feminina no mundo. (SALESIANOS. *Revista União pela Vida: Ação Comunitária da Sociedade e Salesianos*, Campinas: Escolas Profissionais Salesianas, ano I, nº 1, 1999).

O padre visitador apostólico deixou, então, por escrito o pedido de abertura do colégio, e no mesmo dia fez, por telegrama, a solicitação da licença ao bispo de Corumbá, dizendo que precisavam da resposta antes de terminar a visita as paróquias de Cuiabá. A aprovação chegou imediatamente.

O Padre Vespignani (SDB), em sua visita, além de recomendar a fundação de um Colégio em Campo Grande, foi portador de outro pedido: as irmãs fazerem um contato para assumir o Hospital Militar, também em Campo Grande. No entanto, a solicitação não foi aprovada à época e o Hospital permaneceu sob a direção de um militar graduado. (PENTEADO, 1996).

Segundo Penteado (1996), outro fato importante ocorrido na época, foi à chegada a Campo Grande de uma rica senhora de Corumbá, cujas filhas estudavam no Ginásio Imaculada Conceição daquela cidade, e que, ao se mudar para Campo Grande, prometeu trabalhar para a construção do colégio campo-grandense. A senhora, cujo nome não se encontra registrado, auxiliada pelo pároco Padre João Crippa (SDB), que era capelão em Corumbá, convidou algumas senhoras da sociedade local e organizou uma comissão, que em menos de três meses conseguiu e preparou o local da fundação.

Ainda relata Penteado (1996, p. 29) que:

[...] a comissão era formada por D. Dorinha de Figueiredo (esposa do prefeito, Dr. Arnaldo de Figueiredo), que veio a se tornar presidente do grupo; D. Beatriz Chaves (esposa do juiz de direito, Dr. Laurentino Chaves); D. Antonia Corrêa da Costa (D. Neta), que havia cedido a casa para o funcionamento do Colégio; D. Blanche dos Santos Pereira e D. Thomazia Rondon.

Destaca-se que a Gazeta Oficial da época publicou, em 1926, a Lei nº 956 que concedia à Congregação um auxílio financeiro, ou seja, subvenção por parte do poder público estadual para construção de prédio destinado a um colégio (MATO GROSSO, 1926). A Gazeta oficial publicou, no dia 12 de junho de 1926, o seguinte comunicado:

O Dr. Mário Corrêa da Costa, Exmo. Presidente do Estado de Mato Grosso faz saber a todos, que a Assembléia Legislativa decretou e sancionou a seguinte Lei:

Artigo 1º - É concedido à Congregação das Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, deste Estado um auxílio de dez contos de réis (10.000.000), para a construção do prédio destinado ao Colégio para Meninas, na cidade de Campo Grande.

Nos artigos seguintes, ficava autorizada a abertura do crédito necessário e também que todas as disposições em contrário estavam revogadas, Rangel Paes de Oliveira. (BRASIL, Lei n. 956 de 12 de junho de 1926, Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá).

A publicação acima indica que a fundação do Colégio foi possível, devido ao subsídio financeiro do poder público estadual para construção do seu prédio. Além disso, pela doação feita pela Câmara Municipal de um terreno, na Rua Pedro Celestino. A escritura definitiva foi recebida em setembro de 1929, quando teve início a construção do prédio. (PENTEADO, 1996, p.12).

Em agosto de 1930, com a presença de Exmo Sr. Dr. Aníbal de Toledo, então Presidente do Estado, autoridades, freiras, senhoras da sociedade e muitos outros convidados, foi lançada a pedra fundamental do edifício do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Já com prédio próprio, em 16 de agosto de 1930, com a presença do Exmo Sr. Dr. Aníbal de Toledo, então Presidente do Estado foi lançada a primeira pedra do grande edifício, hoje o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS, 1930, p. 13).

Figura 1 - Fachada do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Rua Pedro Celestino.



Fonte: PENTEADO (1996, p.38)

Após alguns anos de sua instalação, o Colégio recebeu a visita de inspetores federais, sob a vigência da Reforma Francisco Campos de 1932, que emitiram parecer favorável à aprovação para o seu funcionamento, conforme registro da Ata de 4 de abril de 1932.

Os inspetores depois de observarem detalhadamente à estrutura física, as instalações modelares, a organização interna, a perfeita disciplina, a localização num ponto de fácil acesso a uma linha de ônibus, e ainda, o grande fluxo de alunas que vinham de todos os pontos do Estado e até de países vizinhos, compreenderam o elevado conceito alcançado pela identidade, e deram um parecer favorável. Na certeza de que os dados e impressões por nós acolhidas, nesta inspeção, receberão dessa diretoria seu melhor acatamento, temos o prazer de apresentá-los a consideração feliz no desempenho desta honrosa missão. (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1932, p. 16).

Importante salientar que o Colégio atendia satisfatoriamente as determinações contidas no Art. 45 do Decreto 19.890 de 18 de abril de 1931, que eram rigorosamente obedecidos pelos inspetores federais na emissão de seus pareceres:

Art. 45. A concessão, de que trata o artigo anterior, será requerida ao Ministro da Educação e Saúde Pública, que fará verificar pelo Departamento Nacional do Ensino se o estabelecimento satisfaz as condições essenciais de:

- I, dispor de instalações, de edifícios e material didático, que preencham os requisitos mínimos prescritos pelo Departamento Nacional do Ensino;
- II, ter corpo docente inscrito no Registro de Professores;
- III, ter regulamento que haja sido aprovado, previamente, pelo Departamento Nacional do Ensino;
- IV, oferecer garantias bastantes de funcionamento normal pelo período mínimo de dois anos.

Portanto o relato da Inspeção Federal, em 1932, evidencia as condições adequadas das dependências, tanto no que se refere ao prédio, como ao mobiliário.

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, prédio imponente e grandioso para a época, construído em terreno espaçoso, com dois pisos, e corredores amplos [...] salas claras e arejadas [...]. Os dormitórios eram no piso superior, e amplo; quartos bem limpos. As camas e os roupeiros eram individuais, e as janelas altas permitindo boa iluminação e ventilação. Os banheiros com chuveiros, de boa qualidade, foram construídos com ladrilhos brancos, ligados a fossas biológicas, servidos de água em abundância, em ótimas condições de asseio [...]. No térreo, foram instalados a cozinha e o refeitório, constituído de mobiliário próprio - mesas e cadeiras e fogão industrial, utensílios domésticos e alimentos - para atender às alunas internas. [...] Ainda as escadarias que davam acesso ao piso superior, foram construídas em concreto armado com 1,30m de largura em dois lances, separadas por um patamar de descanso, e em cada lance 16 degraus em rampa suave. Na cobertura foram utilizadas telhas planas francesas assentadas sobre madeiramento de lei [...].

Com relação às salas de aula do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora eram espaçosas, claras, para que houvesse difusão da luz, e amplas janelas. Os quadros negros ficavam embutidos na parede. Em cada sala havia um armário, onde era guardado o material didático das professoras. A acústica da sala de aula permitia que as professoras transmitissem os conhecimentos falando em voz natural (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE RELATÓRIOS INTERNO, 1932, p. 12).

O relato acima, quanto a sua construção, ao espaço físico e mobiliário, mostra a existência do funcionamento do regime de internato¹⁰ e externato, sendo que, segundo

¹⁰ Os internatos receberam este nome por fazerem parte de conventos e eram “instituições totais”, que Goffman, 1987 (*apud* PENTEADO, 1996, p. 93) define como um local de residência e trabalho separados da sociedade, ou seja, internato no sentido de “estar dentro”. Penteado (1996, p. 111) ainda aponta que os internatos

documento, o que pesava na escolha dos pais para matricularem suas filhas no Colégio era a tradição, o rigor, e a tranqüilidade que as Irmãs ofereciam, relacionadas à boa formação de suas filhas. Por serem orientadas com muita disciplina e muitos cuidados das religiosas as moças eram vistas com bons olhos pela sociedade de modo geral (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1932, p. 17).

Com amplas instalações, o Colégio era dotado de grande pátio interno onde as aulas de educação física eram realizadas; também utilizados nos horários de recreio, este local era freqüentado pelas alunas internas e as externas.

Conforme Ata de Registros do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, as Irmãs Salesianas tinham como princípio uma educação religiosa integral, onde os preceitos religiosos e os valores morais devem caminhar juntos, aliados à severa disciplina e ordem. Sendo assim o Colégio tinha por objetivo ministrar uma educação sólida, sob os preceitos do catolicismo e das teorias da moderna pedagogia católica. Esta tinha como princípio a união da educação e do ensino com a finalidade de dar formação moral-religiosa (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1932, p. 20).

Diante desses princípios, das condições apresentadas e do parecer exposto pelos inspetores que estiveram no Colégio, o Ministério da Educação e Saúde Pública concedeu a aprovação, sem ressalva, para o funcionamento da instituição escolar (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE INSPEÇÃO FEDERAL, 1937, p. 12).

O Colégio, como instituição de educação, era organizado com hierarquia sendo a diretora autoridade máxima, e os outros a ela subordinados, conforme descrito no Art. 7º, parágrafos 2º e 4º, do Estatuto do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora:

Art. 7º - O Colégio é administrado por uma diretoria composta de Irmãs: Diretora, vice-diretora, secretária e tesoureira.

§ 2º - A Diretoria do Colégio responde ativamente, judicialmente pelas obrigações contraídas pelo Colégio.

§ 4º - A Diretora é quem representa o Colégio em juízo e fora dele.

Na Ata de Inspeção Federal de 1937 do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, consta o registro e relatório da visita do Inspetor Geral do Ensino, que em atendimento aos termos de um telegrama recebido no dia 25 de novembro de 1937, relata o parecer de sua visita, no dia 30 de novembro daquele ano, considerando o estabelecido no artigo 53 do Decreto nº 21.241 de 04 de abril de 1932, sob regime de inspeção preliminar, conforme destacado abaixo.

representavam “[...] a resposta a uma necessidade provocada pelas raízes rurais de cada um, a necessidade de se dar estudo aos filhos [...] status”.

Art. 53. No decurso da inspeção preliminar deverá ser particularmente observado o preenchimento dos seguintes requisitos:

- I. Eficiência do ensino ministrado nos termos deste decreto.
- II. Idoneidade dos professores no exercício do magistério.
- III. Admissão progressiva de professores por concurso ou mediante contrato com remuneração adequada.
- IV. Aperfeiçoamento das condições exigidas para os efeitos da classificação.
- V. Observância dos preceitos de estrita moralidade por parte dos corpos docente, administrativo e discente.
- VI. Execução dos dispositivos do regulamento apresentado à aprovação do Departamento Nacional do Ensino.
- VII. Limitação das matrículas, de acordo com as condições e a capacidade do edifício e das instalações, verificadas pelo Departamento Nacional do Ensino.
- VIII. Sub-divisão dos alunos por turmas que não compreendam mais de 50 alunos para o ensino de qualquer disciplina.

Em seu relatório, o inspetor de ensino observa os requisitos de I a VI, tecendo comentários sobre cada um deles. Destaca-se abaixo o requisito número dois, que trata da idoneidade dos professores no exercício do magistério:

II Idoneidade dos professores no exercício do magistério:

Já ficou dito que a maioria dos professores pertence à Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora que em si só é credencial bastante de idoneidade, são todas diplomadas e registradas na Diretoria Nacional do Ensino. Os professores externos são também todos registrados, e já lecionam há muitos anos. (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATA DE INSPEÇÃO FEDERAL, 1937, p. 12).

Assim, conforme o relatório de inspeção, os professores do Colégio atendem aos requisitos da legislação, destacando, no entanto, o fato de pertencerem a uma Congregação religiosa.

Em 1926 foi instalada a escola particular Normal Dom Bosco, mantida pelas freiras da Congregação Salesiana. Já em 1931, após publicação do Decreto n. 98 pelo Interventor Federal do Estado Artur Antunes Maciel, foi equiparada às do Estado e, conforme Ata de Registros (1930, p.16) do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, no dia 16 de agosto de 1930, em prédio próprio, foi lançada pelo então Presidente do Estado Dr. Aníbal de Toledo a primeira pedra do grande edifício, hoje o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

2.3 A ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA ESCOLA NORMAL

Um primeiro aspecto a destacar, refere-se ao currículo da Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, que por meio de suas disciplinas, de seus conteúdos, possibilitava um maior alcance dos objetivos educacionais as moças do Colégio, que, conforme prescrição no Regulamento Interno da Instituição tratava de transmitir educação moral e religiosa as mesmas (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1930, p. 16). Neste sentido, foi possível observar a intencionalidade dos processos de formação, explicitados em coerência com o modelo de aluna que pretendia formar no contexto daquela época.

O conjunto de documentos consultados, expressos nas atas de registros de disciplinas, retrata o ambiente cultural vivenciado no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora durante os anos de 1930 a 1950. Ali se primava por uma educação refinada nos valores religiosos, sensibilidades, imagens e gestos cuidadosamente construídos, que traçavam os contornos da “moça de família” bem preparada para assumir sua função social de esposa-mãe. É importante ressaltar que a sociedade daquela época atribuía à educação o papel de corresponsável por essa formação.

De acordo, ainda, com a Ata de Registros (1930, p. 18) foi possível observar que para o Colégio, educar, além de instruir, significava uma formação completa, isto é, o domínio do francês, às boas maneiras, os trabalhos manuais, agulhas e pinturas, prendas domésticas, dentre outras atribuições femininas. “principal finalidade da formação religiosa do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora nos primeiros anos de existência, era a aquisição e o fortalecimento dos fundamentos religiosos, por meio da prática da piedade, da freqüência diária às missas, dos sacramentos, da confissão, da comunhão, e em consequência a ampliação dos quadros da Congregação, pelo estímulo de novas vocações religiosas”. Tais objetivos encontram-se refletidos na proposta de educação das Irmãs Salesianas, conforme prescrito em Regulamento Interno: “O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, foi fundado e é mantido pelas Irmãs Salesianas, com o objetivo principal de transmitir educação nos padrões morais e religiosas, enfim, preparar professoras aptas para o magistério” (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1932, p 17).

Nesse sentido, o Regulamento Interno definia que era preciso estruturar o trabalho pedagógico, de tal modo que a formação das alunas, desejada pelas famílias e pela sociedade, fosse assegurada. Assim, ao matricularem suas filhas no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, as famílias tinham ciência da formação educacional às quais as alunas estariam submetidas

(COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGULAMENTO INTERNO, 1930, p. 27).

Conforme Penteado (1996, p. 95), o conjunto desses aspectos era valorizado pelas famílias que tinham condições financeiras suficientes para manter suas filhas em um “colégio de freiras”, passaporte para um *status* social. Nesse sentido, a educação escolar era reconhecida como um fator preponderante de formação, conforme depoimento de uma ex-aluna, citado por Penteado (1996, p. 215): “Tudo que sou: conduta moral, boa mãe, boa companheira, ótima profissional, devo a Nossa Senhora Auxiliadora é para mim, exemplo de mãe e de mulher”.

Nesse cenário, nos anos de 1930, o ano letivo da Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, tanto para as alunas internas como externas, obrigatoriamente era iniciado em 15 de março, e terminava em 30 de novembro (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE RELATÓRIOS, 1930, p. 15 e 25).

De acordo com Penteado (1996), havia uma grande preocupação por parte das Irmãs Salesianas com relação à organização curricular e ao cumprimento dos conteúdos das disciplinas pelo corpo docente. O ensino deveria ser de boa qualidade e os seus conteúdos bem trabalhados, de modo que lhe fossem assimilados o máximo de conhecimento.

Assim, a Ata de Registros de 1930 assinala que:

As professoras deveriam, a cada dia, trabalhar determinadas disciplinas, e para isso havia sugestões das disciplinas e das intervenções metodológicas para tratamento dos conteúdos. Quanto às intervenções metodológicas, as professoras deveriam estar atentas aos seguintes aspectos, ao tratar os conteúdos, revisão do conteúdo, correção dos deveres, prescrição das tarefas, leitura. (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1930, p. 13).

Sendo assim, o conjunto das disciplinas da Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora era constituído, nesse período, da seguinte forma:

- **Primeiro ano:** Português, Francês, Aritmética, Geografia, Desenho, Música, Caligrafia, Trabalho Manual e Ginástica.
- **Segundo ano:** Português, Francês, Aritmética, Geografia, Desenho, Música, Caligrafia, Trabalho Manual, Ginástica e Aritmética, por Geometria.
- **Terceiro ano:** Português, Ginástica, Trabalho Manual, Música, Pedagogia, Higiene e História Universal.
- **Quarto ano:** Literatura, História da Educação, Física e Química, Música, Higiene, História do Brasil, História Natural e Didática. (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS, 1930, p. 35).

Segundo as Atas de Registros de Docentes¹¹, o corpo docente do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, entre 1930 a 1950, era formado por sua maioria das Irmãs Salesianas, mas houve também neste período profissional do sexo masculino.

No que diz respeito à vigilância no preparo das aulas, é importante esclarecer que a própria prática educativa estava refletida não somente na convivência com as alunas, mas também no rigor dos professores. De maneira geral, todo o conjunto escolar: o ensino, a disciplina, a vigilância e a rigidez, cooperavam para que o controle no processo de ensino fosse conservado (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERMO, 1930, p. 26).

Conforme depoimento de uma ex-aluna, “as aulas não diferiam das de hoje, exceto no fato de que eram muitos bem preparados. Não me recordo de um professor que entrasse na sala de aula e improvisasse” (*apud ROSA, 1990, p. 81 e 84*).

De modo geral, o tempo, a rotina, o horário muito definido e marcado, eram outros elementos educativos e formadores utilizados no colégio, constituindo-se num “tempo disciplinar”, que, como um fato cultural, precisava ser interiorizado e aprendido pelas alunas (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1930, p. 12).

Outro aspecto refere-se ao corpo discente do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora formado pelo sexo feminino, observando-se o que determinava o Regimento Interno do Colégio, “não era permitida matrícula do sexo masculino”. Era constituído, segundo pesquisa de Penteado (1996, p. 36) pelas “[...] filhas de comerciantes locais, profissionais liberais, políticos e funcionários públicos” (estas geralmente tornavam-se alunas externas), e pelas “[...] filhas de fazendeiros da região” (essas se matriculavam como internas), “além de meninas vindas de várias cidades vizinhas do Estado, como de Rio Brilhante, Ponta Porã, Miranda e Corumbá, assim como de países vizinhos” (PENTEADO, 1996, p. 36).

Para a realização da matrícula na Escola Normal, as alunas internas e externas, deveriam apresentar os seguintes documentos: Certidão de Registro de Nascimento, Certidão de Batismo, Atestado de Vacinação recente. As alunas portadoras de moléstias transmissíveis, não eram aceitas, e também aquelas cuja família não residisse na cidade, deveriam instalar-se em casa de parentes ou família de respeito, que faria sua matrícula e se responsabilizaria pela

¹¹ Pela falta de acesso às informações com respeito à formação dos docentes não foi possível analisar a titulação dos profissionais contratados pela Instituição.

assiduidade e o bom procedimento das mesmas (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTRO DE MATRÍCULAS, 1930, p. 17).

A Tabela 1 mostra o número de alunas matriculadas na Escola Normal.

Tabela 1 - Alunas da Escola Normal de 1930-1950

ANO	MATRÍCULADAS	DIPLOMADAS
1930	30	-
1931	35	-
1932	28	-
1933	15	04
1934	28	22
1935	32	27
1936	30	25
1937	37	28
1938	27	22
1939	32	25
1940	35	25
-	-	-
1947	35	-
1948	32	-
1949	28	21
1950	23	20

Fonte: Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, Atas de Registro de Matrículas e de Diplomas de 1930-1950.

A tabela acima demonstra que somente a partir de 1934, houve um maior número de alunas diplomadas, embora a primeira turma (1930) tenha se formado em 1933, porém com apenas quatro formandas, número relativamente baixo se considerarmos o total de alunas matriculadas no período. Os dados relacionados ao número de alunas diplomadas indicam evasão e/ou transferência no decorrer dos anos¹², pois muitas alunas e/ou residiam fora da cidade, ou se casavam antes de completar o curso. Mas, a Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora teve demanda, ao longo desse período, principalmente, durante os primeiros anos da década de 1930.

¹² Os dados existentes nos Livros de Matrícula da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, no período de 1930 a 1950 não indicam o índice de evasão ocorrido.

Vale lembrar que nesse período, como elucida Romanelli (1991), “com a Revolução de 1930, há um aumento da demanda social pela educação, o que ocorreu numa pressão crescente pela expansão do ensino de maneira geral”.

Verifica-se, portanto, desde o início de sua fundação, que as matrículas oscilaram ao longo do período, até a interrupção da Escola Normal entre os anos de 1941 a 1946, no governo de Julio Strubing Muller (1937-1945).

Segundo Atas de Registros (1930), o Regimento Interno da Instituição escolar estabelecia as seguintes condições para o recebimento de alunas internas e das externas:

- O uso do uniforme completo era obrigatório;
- Conservar qualquer quantia em dinheiro, ou objetos de valores - relógios, anéis, máquinas fotográficas – era expressamente proibido;
- Aos familiares das internas, era permitida visita aos domingos e dias santos.
- Semanalmente as alunas faziam passeios pelos arredores da cidade.
- As alunas nas suas transgressões ao Regulamento e ao Regime Disciplinar seriam julgadas pela Diretoria que lhes aplicaria as penas adequadas.
- Falta de moralidade não era permitida.
- Qualquer dano no mobiliário como paredes do edifício que trouxessem prejuízos à instituição, deveriam ser resarcidas.
- Os horários, para todas e qualquer das atividades realizadas deveriam ser obedecidas.
- Durante as aulas, era exigido silêncio e concentração.
- Era exigida a participação nas missas, diariamente e aos domingos na Capela.

Conforme especificações do Regimento Interno descritas acima, é possível perceber que as alunas eram submetidas à rigorosa disciplina, e que as regras do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora eram bastante claras, tanto para os pais quanto para as alunas, que deveriam seguir à risca sob pena de castigos e até mesmo da expulsão.

Conforme Ata de Registros (1930-1950), a rotina diária das alunas internas era marcada pelo tocar do sino. Ao se levantarem deveriam iniciar suas orações, sempre rezando e com a presença de uma religiosa realizar suas primeiras atividades: arrumar a cama vestir-se e ir ao lavatório. Ainda, nas dependências do Colégio, as alunas não poderiam jamais usar jóias extravagantes, batons ou esmaltes nas unhas, no entanto, o maior castigo era deixar de visitar a família, uma vez por mês, conforme estabelecia o regulamento.

O uniforme, obrigatório no colégio, era composto de blusa branca, saia pregueada azul marinho, meia preta acima do joelho e sapatos pretos bem engraxados, além de um penteado

normal e discreto. Caso qualquer aluna deixasse de cumprir com as normas, era imediatamente levada à sala da Direção. Em relato de uma ex-aluna interna de 1937 a 1944, de Aquidauana: “As Irmãs Salesianas eram muito esforçadas, dedicadas e muito rígidas” (PENTEADO, 1996, p. 32).

O regime disciplinar bastante severo proibia a conversa das alunas nos corredores e durante as aulas. Os valores morais eram altamente disseminados mediante práticas que compunham o cotidiano das alunas. “A postura, a maneira de andar, sentar, conversar, e também a rotina escolar ocorria através do silêncio e da oração” (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGIMENTO INTERNO, 1930, p. 20).

O depoimento de Irmã Bartira Constança Grades, abaixo, professora no Colégio Auxiliadora, no período de 1931 a 1941 e de 1957 a 1970, expressa o rigor da formação moral e religiosa:

Os bailes de formatura, os bilhetes para namorados, tudo que levava em nosso entendimento, a algum desregramento, era proibido. Infelizmente desapareceram os valores de pureza, de formação religiosa que dão sentido à existência. Não se falava em sexo, porque era assunto fora dos padrões da época, mas orientavam-se as meninas para o casamento. [...]

As internas não podiam comunicar-se com as externas, para evitar que levassem bilhetes para os namorados, ou trouxessem para o ambiente do colégio assuntos inconvenientes. Eram exigências dos pais que nos confiavam integralmente às filhas. O castigo maior era deixar de visitar a família, uma vez por mês, conforme previa nosso regulamento (*apud* ROSA, 1990, p. 90).

Como se pode verificar, o cumprimento do Regimento Interno estava entre os requisitos para a aceitação e permanência das alunas na Instituição. Entre as exigências, principalmente para as alunas internas, estava “a participação nas missas, diariamente e aos domingos na Capela”.

A capela, por sua vez, nas palavras de Penteado (1996), era “espaço marcante, de grande respeito, agradável e muito visitado pelas alunas e professoras” (Figura 2). Em destaque, o altar, com a brancura do mármore e a imagem de Nossa Senhora Auxiliadora.

Figura 2 - Capela nas dependências do Colégio (Década de 1950)



Fonte: PENTEADO (1996, p. 64).

No conjunto arquitetônico do colégio, a capela não era um simples espaço, ou seja, representava o eixo central, “[...] em torno do qual deveriam girar todas as intervenções educativas, e ser o centro irradiador da ação formativa das Irmãs Salesianas” (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGIMENTO INTERNO, 1930, p. 14), deixando clara a importância da religião na formação das alunas naquele contexto.

Como declara uma ex-aluna, 1935-1946: “A instrução religiosa, que sempre foi o que me norteou na vida adulta, foi o que mais me marcou no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora” (PENTEADO, 1996, p. 47), indicando que a religião era fortemente presente nos ideários de formação das normalistas.

Ainda conforme depoimento de outra ex-aluna interna, em 1947: “Lembro das missas cantadas e, enfim, do canto na igreja, todos os dias, sendo que eu participava no grupo que fazia segunda voz. Era angelical e, hoje é uma linda lembrança” (PENTEADO, 1996, p. 27).

Assim, com base na tradição católica, quem estudava no Colégio tinha como obrigação a freqüentar as missas aos domingos, inclusive as alunas externas. Todas deveriam estar vestidas com o uniforme de gala. As missas eram cantadas em latim, o que ajudava a compor a magia do ritual, de fé, e também atraía várias pessoas para ver o espetáculo (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1930, p.27).

Os estudos de Resende (2006, p. 66-78), em pesquisa sobre o Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus de Araguari, MG, constatam, também, que:

Aos domingos era obrigatório à freqüência de todas as alunas às missas realizadas na capela da escola. As alunas internas tinham de freqüentá-las todos os dias. Com uniformes de gala, as missas eram rezadas em latim e com o padre de costas para os fiéis. A educação feminina das primeiras décadas do século XX deveria estar empregada aos valores cristãos e da moralidade casta da religião, além de transmitir uma formação profissional voltada para o ambiente escolar. Era isso que a sociedade requeria das mulheres, e era isso que as freiras belgas pretendiam com a abertura do Curso Normal em 1930.

A autora demonstra que a questão disciplinar era considerada muito importante pela sociedade da época; a severidade no tratamento era entendida como imprescindível para a educação moral das normalistas para que assim agissem com prudência e recato.

De acordo com registros do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, ao matricularem suas filhas, as famílias tinham ciência da formação educacional à qual as alunas estariam submetidas. Nesse sentido, o trabalho pedagógico foi estruturado com base nos conteúdos ministrados no ensino Normal, de modo que a formação das alunas, esperada pelas famílias, transmitisse a fé católica e os valores da sala de aula para seus lares. “As atividades eram acompanhadas sempre e de perto pelas irmãs mestras e assistentes, numa vigilância constante, que, segundo as origens, deveriam antes prevenir, tirar das jovens a vontade de errar, fazê-los sempre vigilante à possibilidade do erro” (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGIMENTO INTERNO, 1930, p. 23).

A metodologia utilizada pelas professoras nas disciplinas ministradas consistia principalmente, em aulas expositivas e montagem de álbuns confeccionados pelas alunas. Assim, “Durante as aulas as alunas aprendiam também, com certo tom de requinte, como comportar-se em público, a postura correta do corpo, enfim, regras essenciais a uma boa formação” (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGIMENTO INTERNO, 1930, p. 12, 19).

Percebe-se no manuseio dos documentos, que algumas disciplinas se destacavam em relação às outras, tais como: as prendas domésticas, saber receber visitas, sentar-se à mesa, tocar um instrumento musical, dentre outras qualidades, guardando, inclusive, algumas curiosidades, por exemplo, o que se entendia em relação às prendas domésticas que naquele contexto, para as alunas internas, era o conjunto de habilidades e saberes que as moças deveriam dominar. Atividades como pintura, bordado, crochê, tricô, desenho artístico e outras que compunham o objetivo central da educação feminina, com o objetivo de formar: “jovens cultas, polidas, sociáveis, mas acima de tudo, cristãs, católicas convictas, que difundissem na

família e na sociedade os valores cristãos" (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGIMENTO INTERNO, 1930, p. 23).

O relato de uma ex-aluna interna em 1937 reforça o caráter religioso da educação, conforme menciona: "Na primeira aula, rezávamos a oração da manhã, antes de começar as aulas seguintes rezava-se Ave Maria" (PENTEADO, 1996, p. 12).

Verifica-se, portanto, a importância do ensino religioso¹³ no currículo escolar e no processo de formação moral das alunas. Conforme Penteado, (1996), o ensino religioso do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, era baseado no catecismo e no estudo da História Sagrada. A doutrinação religiosa estava presente em todos os momentos do dia e em todos os espaços do colégio, havendo por parte das irmãs salesianas uma preocupação em valorizar a vida consagrada a Deus.

Nesse sentido, expõe Irmã Bartira Constança Gardés (*apud* ROSA, 1990, p.89),

Éramos poucas irmãs e não podíamos contratar professoras de fora, devido aos problemas financeiros que enfrentávamos com a construção do colégio. Graças a habilidades de frutificar os dons que Deus nos deu, obtive excelentes resultados: nesse trabalho com a mente, a alma das meninas, que é a educação. Minha autoridade de disciplinar emanava da bondade, do carinho que dedicava a todas elas o que criava entre nós laços de amizade.

Outro aspecto a ser considerado, refere-se aos recursos didáticos organizados pelas professoras do Curso Normal, os quais eram constituídos por aulas ministradas durante o tempo prescrito pela lei. Também deveriam seguir à risca os programas oficiais de ensino regidos pelo Departamento Nacional do Ensino e, ainda, os da Direção do Estabelecimento, com base no Decreto 21.241 de 04 de abril de 1932. No Colégio Nossa Senhora Auxiliadora as aulas iniciavam e terminavam seguidas de orações.

Existia também a preocupação com a grafia correta das palavras, sintaxe e a caligrafia, sendo que "[...] o método de aprendizagem da leitura e escrita é o silábico ortográfico, iniciando com um período preparatório" (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1930, p. 25).

Durante a consulta às Atas de inspeção, verificaram-se constantes apelos do (a) inspetor (a) com relação ao "idioma pátrio". Essa cobrança deveria ocorrer por parte de todas as professoras e em todas as disciplinas, conforme a afirmação: "em relação aos critérios de

¹³ Ressalte-se que em 1930, foi permitido o ensino religioso nas escolas públicas, sendo recebido pela Igreja como uma primeira comprovação de que o Governo Provisório, e mais precisamente Francisco Campos, se manteria fiel aos "compromissos assumidos perante a consciência católica" (SCHWARTZMAN, 2000, p. 74).

julgamentos computarem os erros de linguagem em todas as provas..." (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE INSPEÇÃO, 1930, p. 10).

Em outro Relatório pode-se ler as seguintes recomendações:

[...] pediu (a inspetora) grande atenção ao português, cadeira básica para os respectivos cursos. Disse ainda, que, se devido aos erros de português, abaixam-se a nota nas outras matérias devia-se, então para o idioma pátrio, exigir-se um total superior ás demais cadeiras. (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE INSPEÇÃO, 1930, p. 12).

Destaca-se ainda, em relação ao conteúdo de português, que as orientações compunham-se no sentido de valorizar as obras clássicas da literatura, desenvolver o gosto pela leitura e escrita, além da capacidade de analisar diferentes obras e estilos. Várias referências eram feitas com relação à prática pedagógica da leitura silenciosa como "verdadeira fonte de fácil e perfeita compreensão" (PENTEADO, 1996, p. 51).

De acordo com Irmã Bartira (*apud* ROSA, 1990, p. 90) "[...] aconselhávamos nossas alunas a ler apenas livros religiosos ou históricos. Romances que pudessem prejudicar a formação do caráter eram proibidos...". A mesma ainda relata:

[...] Como professora de Português, dedicava especial com carinho à redação. Fazia minhas alunas ler, interpretar, escrever, era exigente com a correção, a elegância das frases. O ensino não tem mesmo nível de antigamente. Os professores ganham pouco e por isso perdem o incentivo de desenvolver-se e dedicar-se melhor aos alunos. (IRMÃ BARTIRA *apud* ROSA, 1990, p. 89).

Ainda em consulta as Atas de Registros, percebe-se a importância atribuída à produção escrita das alunas, divulgada na época como "composições". Em destaque, também, o hábito de ler "bons livros", estes, com relação ao ensino do idioma, à leitura mecânica, explicada e comentada, eram o centro do cotidiano da escola (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1930, p. 25).

[...] No curso de formação também são úteis os exercícios sobre correção de frases. E, ao lado desses exercícios práticos, cultivarem o gosto pelo conhecimento de nossas obras de literatura [...] Tudo isso exige trabalho, e trabalho bem feito, isto é, realizado com amor e alegria, do contrário, não rende. (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1931, p. 25).

No que se refere ao ensino da Matemática, os professores deveriam ser capazes de tornar a matéria mais atraente, destruindo o "medo" geral que as alunas alimentavam por esta disciplina. De acordo com Livros de Atas, as alunas não queriam saber de esforço mental, por

isto, o estudo da matemática exigia do professor “[...] maior soma de paciência, explicações repetidas, e exercícios contínuos para o desenvolvimento do raciocínio para o uso das quatro operações fundamentais” (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1930, p. 18).

O estudo das Ciências, Geografia e História, segundo os registros, não deveria priorizar o ensino “decorado”, mas, sim, estimular nas alunas, o julgamento e raciocínio crítico; a pesquisa, o levantamento de problemas e, principalmente, o estudo sobre “os heróis e nossos grandes homens”. Confere-se nas Atas de Inspeção o seguinte conselho: “... ênfase no estudo da biografia dos grandes vultos nacionais, dos que disseram do Brasil, os grandes patriotas da nossa terra, festas nacionais e seus feriados, o nome dado ao país” (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTRO INTERNO, 1930, p. 25).

Quanto às cadeiras de Desenho, Trabalhos Manuais, Educação Física, Música e Canto, esses conteúdos deveriam ser trabalhados no intuito de auxiliar o desenvolvimento dos programas das outras disciplinas. Sobre as aulas de músicas, as alunas tinham a oportunidade de ensaiar peças, executar cantos religiosos, e ouvir cantos dos compositores Mozart, Chopin, dentre outros. Como se vê nas Atas, a Música e o Canto são um dos principais atrativos da infância e do homem em toda a vida.

[...] Com a música, o canto [...] aperfeiçoa-se desperta sentimentos nobres, suscita o entusiasmo e conduz o coração ao heroísmo”. Outra atividade importante dentro do Curso Normal eram as aulas de Educação Física, pois por meio da disciplinização do corpo, poderia-se obter um maior controle dos sentidos: “um corpo disciplinado é à base de um gesto eficiente. (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1930, p. 34).

Ainda em análise das Atas de Inspeção do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, encontram-se apontamentos com relação às aulas de Francês, os quais aconselhavam as professoras a visarem menos o ensino teórico, e mais à prática do idioma, procurando desenvolver a leitura, a compreensão de textos e a fluência verbal da língua francesa (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1930, p. 23).

Com relação às questões ligadas a sexualidade, pode-se afirmar que se tratava de um tema silenciado pelo Colégio e pela família. A abordagem do assunto era feita estritamente no campo científico, ou seja, de acordo com as “leis” das ciências biológicas, conforme relata Penteado (1996, p.12), “o sexo era coisa feia e só se dignificava no matrimônio, porque trazia embutida a tarefa da reprodução”. Na verdade, estas são questões culturais da nossa sociedade

conservadora e patriarcal. Conforme o relato de uma ex-aluna interna, 1941: “O banho de camisolão era uma farsa... A noção de pecado me deixou muito rígida, reservada” (PENTEADO, 1996, p. 117).

Assim, o domínio do corpo, o exercício do autocontrole e a contenção dos gestos marcavam, sobremaneira, as práticas cotidianas. Nesse sentido, em consonância com os preceitos da religião católica, o corpo era algo que deveria ser resguardada sendo a virgindade e a pureza valores indiscutíveis (PENTEADO, 1996, p. 115).

Cada aula durava sessenta minutos, sempre iniciadas de uma oração. Durante explanação do conteúdo repassado pela professora, as alunas deveriam ficar atentas e em silêncio. Depois faziam exercícios, tarefas, estudavam cada tópico e ao final de cada capítulo, eram interrogadas a respeito do conteúdo estudado e avaliado. Os cadernos eram constantemente recolhidos para receberam nota, e para isso, deveriam ser bem feitos com primorosa caligrafia (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1931, p. 25).

É importante destacar, que de acordo com a consulta aos documentos nos arquivos do Colégio, pode-se verificar que era constante a visita do (a) inspetor (a) para averiguar a fiscalização de documentos, horários, grade curricular, cadernos de planejamentos de aula, enfim, todo o processo de funcionamento da Instituição.

Mais um aspecto a observar é que, apesar da utilização de material didático, conforme as Atas de registros, as práticas pedagógicas centravam-se na figura do (a) professor (a), delineando assim, os contornos de uma pedagogia de cunho tradicional. As avaliações eram realizadas sempre ao final de cada etapa das disciplinas. Havia uma prova escrita e uma prova oral, além das notas que eram atribuídas as tarefas e, principalmente, ao comportamento. O sistema de avaliação era rígido, havia provas dissertativas, prova oral e, sobretudo muita redação. Todas as alunas eram obrigadas a fazer provas finais. Cada professora organizava e elaborava suas avaliações.

Ainda foi possível constatar nas mencionadas atas, que as alunas que conseguiam notas melhores detinham certo poder sobre as demais que obteriam médias mais baixas, pois, além dos elogios, as “melhores” alunas eram convidadas a ajudar suas professoras em atividades como a de recolher os cadernos, distribuir materiais em sala de aula, apagar a lousa, vigiar a turma, entre outras atribuições (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1931, p. 36-37).

As salas de aula apresentavam um ambiente organizado onde as professoras eram autoridades máximas e cabia às alunas respeitá-las, sem questionar, ou impor condições pessoais ou mesmo fazer qualquer ressalva em relação a sua postura.

[...] As carteiras eram duplas, ficavam sempre enfileiradas. Todas as vezes que a professora entrava na sala as alunas ficavam em pé para recebê-la, se por ventura durante a aula entrasse outra professora irmã deveriam também se levantar para recebê-la. (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1930, p. 24).

Os registros evidenciam, portanto, que as religiosas estabeleciais critérios muito claros a serem seguidos, no sentido de conseguirem das alunas maior controle e disciplina, dentro de um ambiente escolar.

Diante dessa exigência disciplinar, de acordo com os documentos da Instituição, o Colégio “[...] afluiu para que essa educação da mulher tivesse como resultado jovem preparada principalmente, para enfrentar, com idoneidade, os desafios do lar, no desempenho de suas funções de esposa e mãe” (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1933, p. 37).

Nesse contexto, na análise de Almeida (2004, p. 82):

O exercício do magistério representava um prolongamento das funções maternas, e instruir e educar crianças era considerado não somente aceitável para as mulheres, como era também a profissão ideal em vista destas possuírem moral ilibada, sendo pacientes, bondosas e indulgentes para lidar com os alunos. [...] A entrada das mulheres nas escolas normais e a feminização do magistério primário foi um fenômeno que aconteceu rapidamente, e, em pouco tempo, foram maioria nesse nível de ensino.

Outro ponto a destacar refere- se aos materiais didáticos. Conforme os documentos, as aulas eram ministradas em salas equipadas com materiais disponíveis para as disciplinas específicas como: Geografia (figura 3), Ciências Físicas e Naturais, Química (Figura 4), História Natural, e Desenho com material didático atualizado e disponível aos professores e alunas do Curso Norma (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1930, p. 6).

Figura 3 - Sala de aula de Geografia e Geometria e Desenho (1931)



Fonte: PENTEADO (1996, p. 40)

Assim, na de sala de Geografia havia uma bússola, coleção de mapas para exercícios de cartografia, cartas, murais e pequenas amostras dos principais produtos nacionais, agrícolas e minerais tais como: café, cacau, mate, borracha, carnaúba, castanha, pedras, madeiras. Ainda existiam coleções de vistas de paisagens e cidades em fotografias, cartões postais do Brasil e de países estrangeiros, e tantos outros recursos didáticos que, segundo as atas, eram necessários e indispensáveis para desenvolvimento de uma pesquisa (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS, 1931, p. 26).

No Laboratório de Física e Química (Figura 4), por sua vez, havia tubos de borracha e de ensaio, ácido clorídrico, ácido fosfórico, álcool e formol. Salienta-se que as salas de aula e os laboratórios poderiam ser visitados e explorados somente em companhia das professoras. Essas salas ficavam geralmente fechadas e somente disponibilizadas em dias e horários estabelecidos pelo cronograma de aulas, este, ficava arquivado na secretaria e entregue ao professor, que deveria cumprir com rigor o horário estipulado, assim como manter o local em perfeita ordem e organização, exigindo das alunas respeito e admiração pelo material de aprendizado (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS, 1931, p. 27).

Figura 4 - Laboratório de Física e Química (1931)



Fonte: PENTEADO (1996, p. 40)

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, mantinha também um gabinete dentário, com todos os instrumentos necessários para o atendimento das alunas do Curso Normal do internato. Os serviços odontológicos estavam disponíveis diariamente das 14 horas às 17 horas, e o profissional responsável pelo tratamento dentário para a prestação dos serviços, era contratado pela Instituição (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE RELATÓRIOS, 1930, p. 8).

Quanto ao espaço físico, os registros mostram que nas dependências do Colégio, em 1936, existia também um auditório, com palco para festas escolares e representações teatrais. O espaço dispunha de dois pianos para aula de canto e duas máquinas cinematográficas com uma tela grande. Havia ainda um Ginásio para a prática de esportes, como atividades de Educação Física e Ginástica, que eram utilizados tanto pelas alunas internas como externas do Curso Normal (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE RELATÓRIOS, 1934, p. 23).

Assim sendo, o Colégio também oferecia, além das aulas regulares, outras atividades para as alunas, a fim de mantê-las sempre ocupadas com atividades extras.

A Instituição mantinha também uma ampla biblioteca, segundo os documentos consultados, com um acervo composto por livros de grande importância na grade curricular, e também livros de romances que eram muitos disputados pelas internas. Era utilizada no desenvolvimento das atividades pedagógicas, pelos professores e alunas, no sentido de contribuir para o enriquecimento do conhecimento e da aprendizagem. As pesquisas eram realizadas em livros didáticos, enciclopédias, livros de atualidade, revistas e Atlas. “As

professoras incentivavam a leitura por acreditarem que através dos livros, as alunas aprenderiam mais e complementariam os ensinamentos adquiridos na sala de aula” (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE RELATÓRIOS, 1937, p. 32).

Em 1947, a biblioteca estava organizada com armários, uma mesa de vime com doze cadeiras e algumas estantes de livros; havia 85 volumes de livros de Português, 73 de Francês, 28 de História do Brasil, 30 de Geografia, 26 de História Natural, 80 de Matemática, Física e Química, 24 Psicologia, 41 de Didática e Filosofia, 50 de Literatura, 06 de Economia Doméstica, 01 de Enciclopédia e 01 Dicionário Universal, além de diversos volumes em Inglês e variadas Revistas (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE RELATÓRIOS, 1947, p. 19).

As informações coletadas nos registros do Colégio em pauta permitem-nos conferir que, as moças educadas e bem preparadas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora correspondiam aos anseios das famílias que requeriam professoras – mães moldadas na fé católica para a educação das novas gerações, conforme explicitado, por exemplo, no depoimento de uma ex-aluna externa de 1947: “O Auxiliadora, para mim, sempre foi uma continuação de minha casa. Foi onde adquiri, além de conhecimentos, muita estrutura, disciplina e religiosidade” (PENTEADO, 1996, p. 62).

Outro relato é de uma ex-aluna interna, em 1949, corrobora o depoimento anterior ao afirmar: “A preocupação da época era a de formar boas mães, donas de casa, boa esposa e boa professora. Crescemos ouvindo dizer que podia ser o fosse desde que fosse bem feito” (PENTEADO, 1996, p.114).

Segundo essa ótica, a grande preocupação das religiosas centrava-se nos princípios morais, na disciplina, no controle do corpo e na vigilância. Tanto que todos os espaços ocupados por alunas internas e externas eram constantemente vigiados. No entanto, as religiosas tinham maior vigilância com as alunas que residiam na instituição, preocupavam-se mais com elas, já que as famílias depositavam toda sua confiança naquelas religiosas.

Nesse sentido, assevera Penteado (1996), ao matricularem suas filhas no Colégio, os pais, além da tradição e do rigor, buscavam a tranquilidade que as Irmãs Salesianas ofereciam relacionada à boa formação de suas filhas. Sob os cuidados das religiosas as moças estariam, certamente, longe dos perigos que a sociedade “causava” e além de estarem bem protegidas.

A esse respeito, é elucidativo o depoimento de uma ex-aluna, da cidade de Aquidauana, interna no período de 1941 a 1949. Em suas palavras,

Estudar no Colégio representava valores morais, que a família buscava para a educação de suas filhas: bons costumes, formação religiosa, bom ambiente,

ser uma escola somente para alunas, tudo isso influenciava a decisão da família em procurar o Colégio [...] nós tínhamos uma santa docilidade, nós não criávamos problemas, na família éramos acostumadas a obedecer também. O Colégio era uma continuidade da família. (*apud* PENTEADO, 1996, p. 45).

Desse modo, conforme análise de Penteado (1996, p. 114) estudar no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora significava boa formação, bons princípios, religiosidade, vasto conhecimento, enfim, no mesmo eram ministrados ensinamentos que uma moça de família, necessitava aprender para desempenhar com tranquilidade seu papel de esposa companheira, mãe e cidadã. Acrescenta que o conjunto desses aspectos era valorizado pelas famílias que tinham condições financeiras suficientes para manter suas filhas em um Colégio particular. Nesse sentido, a educação escolar era reconhecida como fator preponderante de formação, e a escola considerada como colaboradores para uma formação plena e integral das moças, dando continuidade aos ensinamentos da família.

A pesquisa de Resende (2006) corrobora este estudo ao mostrar que por meio dos conteúdos ministrados no ensino Normal, as freiras do Colégio Sagrado Coração de Jesus transmitiam a fé católica e os valores morais para que suas normalistas seguissem propagando a importância da religião dentro de suas aulas e de seus lares.

Sendo assim, foi possível observar que no contexto educacional assinalado, o nome atribuído ao curso “Normal” indica que em sua concepção haveria um sentido de naturalidade para a escolha vocacional feminina professora/mãe. Na ótica das freiras salesianas, “O ensino normal tornava-se uma complementação da educação adquirida na família, contribuindo assim para que a mulher tivesse uma sólida formação religiosa baseada nos preceitos cristãos, podendo escolher ser professora ou mãe” (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1932, p. 25).

Essa semelhança entre o espaço escolar e a convivência familiar era renovada a cada dia pelos hábitos cultivados e pelos valores preconizados. Sendo dissolvidos na organização dos espaços ocupados, no cumprimento dos horários, na convivência das alunas com as religiosas, enfim, esses aspectos passaram a compor um conjunto de ações, cujo objetivo maior, era fazer com que o ambiente escolar obtivesse a maior aproximação possível da educação familiar (REZENDE, 2006, p. 76).

Os registros mostram que à formação no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora foi direcionada à educação feminina, sendo as Irmãs Salesianas precursoras dessa educação em Campo Grande. Segundo Penteado (1996), esse tipo de formação contribuiu para que conquistassem o respeito e a admiração das famílias e para que o Colégio fosse reconhecido

como importante instituição educacional. “Os ensinamentos ministrados pelas Irmãs Salesianas, cada vez mais eram vistos como de excelente nível, influenciando a entrada e permanência de alunas” (PENTEADO 1996, p. 27).

Assim, a Escola Normal passou a ser, por um lado, uma Instituição onde se produzia saberes e normas necessárias para o exercício da profissão. E, por outro, essa Escola tornava-se uma complementação da educação, contribuindo para que a mulher tivesse uma sólida formação religiosa baseada nos preceitos cristãos e seguisse os caminhos da natureza feminina e, por consequência, de grande utilidade na educação de seus filhos (PENTEADO, 1996). Deste modo às mulheres passaram a ter uma presença maior nas escolas normais e no quadro de professores do ensino primário.

Conforme Zandavalli (1997, p. 94 e 116) no magistério tal prática propiciava a alocação do trabalho essencialmente feminino, já que para as moças de boa família das classes médias da população praticamente não restava outra opção profissional.

A autora assinala que a Escola Normal fundada pelo governo do Estado de Mato Grosso em Campo Grande, em 1930, direcionava a educação de modo a repassar orientações de caráter moral e disciplinador, tendo os professores como principais mediadores desse processo de ensino, uma vez que acompanhava a Escola Normal Dom Bosco, “escola particular mantida pelas freiras da congregação salesiana”. O rigor disciplinar era garantido tanto pela organização interna da escola, quanto por Decreto, e mesmo com “manifestações de medo e tensão em relação às normas da escola, era encarado como algo positivo e necessário” (ZANDAVALLI, 1997, p. 94 e 123).

Assim, no contexto do desenvolvimento de Campo Grande, a partir de seu papel de entreposto comercial, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora se inseria no conjunto das políticas públicas educacionais, com a finalidade de preparar a mulher para a vida moral e social.

Vale ressaltar que a instrução e formação das mulheres do final da década 1930 e início da década de 1940, conforme observa Schawartzman (1984):

Objetivava uma educação voltada para o lar, ressaltando as virtudes próprias das mulheres, a sua missão de esposa, de mãe, de filha, de irmã, de educadora, o seu reinado no lar e o seu papel na escola, a sua ação nas obras sociais de caridade, qualidades com as quais cooperariam não apenas com o outro sexo, mas acima de tudo, com a construção da pátria. (SCHAWARTZMAN, 1984, p. 109).

Na gestão de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública (1934-1945), no Governo Vargas, o projeto do “Plano Nacional de Educação de 1937, previa a existência

de um ensino dito doméstico, reservado para meninas entre 12 e 18 anos, e que equivaleria a uma forma de ensino médio feminino" (SCHWARTZMAN, 1984, p. 122). Assim, durante sua administração Gustavo Capanema prestou atenção diferenciada à educação das mulheres partindo de dois fatores: a proteção da família e a preparação adequada da mulher para assumir sua missão de "rainha do lar". Porém, não se pode desconsiderar uma atitude mais conciliatória quando passou a admitir, em 1942, o regime de coeducação, ainda que em casos excepcionais (SCHWARTZMAN, 1984).

A educação das mulheres foi cuidadosamente planejada e articulada de modo que as moças tivessem ciência de seu lugar na sociedade. A função social da mulher era relevante, no sentido de preparar gerações futuras. De acordo com o Estatuto da Família, idealizado pelo referido ministro, e apoiado pela Igreja Católica, tal projeto visava regulamentar a política de previdência social, o papel da mulher na sociedade, a educação e, eventualmente, a política populacional do país (SCHWARTZMAN, 1980).

No período correspondente ao Estado Novo¹⁴ (1937 - 1945), pôde-se constatar a marcante participação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em campanhas patriotas, festejos cívicos e na posse de autoridades locais. Segundo Rosa (1990, p. 91):

Na minha época, o relacionamento do colégio com a comunidade era intenso. Participávamos da posse dos governadores, dos militares, em solenidades a que eu sempre comparecia com um grupo de alunas. [...] anualmente fazíamos um desfile geral com as alunas do Dom Bosco e do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, visitávamos o prefeito, o general, a comunicação era fraterna.

Conforme Ata de Registros do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1932, p. 27) pode-se observar que a participação das alunas do Colégio nos desfiles cívicos foi marcante. Considerados importantes para a educação, eram também momentos de descontração e que contribuíam para um ambiente de maior sociabilidade, porém a finalidade maior era desenvolver o sentimento patriótico e louvar os grandes feitos dos homens ilustres.

Igualmente significativo era o comparecimento de representantes do poder público em visita ao colégio. Em fevereiro de 1940, destaca-se a impressão do interventor Júlio Müller, acompanhado do prefeito campo-grandense Eduardo Olimpio Machado, transcrita nas Atas de Inspeção do Colégio:

¹⁴ Regime ditatorial conhecido como período do Estado Novo, que foi um recurso político utilizado para a continuidade da implantação, na sociedade brasileira, de base capitalista, segundo um modelo urbano-industrial (XAVIER, 1990, p. 188).

Visitando hoje este modelar educandário, pude relembrar com emoção e saudade os dias que se distanciam da minha meninice e juventude, vivida sob tecto como este, consagrado, pelos salesianos, à educação da mocidade. A ordem, o asseio, a disciplina reinam neste collégio. A nossa impressão foi ótima. (Júlio S. Muller)

Como das outras vezes, levo uma magnífica impressão da visita a este modelar estabelecimento de ensino. (Eduardo O. Machado). (COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE INSPEÇÃO, 1930, p. 32).

Segundo Zandavalli (1997, p.119, 120), o fato curioso é que justamente no governo Júlio S. Muller, irmão de Filinto Muller e aliado de Getúlio Vargas desde a primeira hora da Revolução de 1930, são fechadas em 1940 as duas Escolas do sul do Estado, conforme descrito no capítulo I. Existiam controvérsias sobre as causas desse fechamento, a princípio, teria caráter essencialmente político, mas conforme moradores mais antigos da cidade de Campo Grande, o fechamento deu-se por falta de professores habilitados e competentes. Em 1948, as Escolas Normais são reativadas, porém, sob novos moldes, ou seja, em dois ciclos, conforme as exigências da Lei Orgânica de ensino, aprovada na gestão de Gustavo Capanema.

Nesse mesmo período, para autorização do Curso de Formação de professoras Primárias em dois ciclos, o Colégio recebeu a visita do representante do MEC, Francisco Ferreira, cuja finalidade foi à instalação da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, sendo que os estabelecimentos particulares passaram a funcionar sob a inspeção do governo (MARCÍLIO, 1963, p. 163).

Nesse mesmo governo foi concedida ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Campo Grande, por meio do Decreto- Lei nº 834, de 31 de janeiro de 1947, no âmbito da Lei Orgânica do Ensino Normal, autorização para ministrar esse grau de ensino em dois ciclos.

Sendo assim, funcionou, no período, em conformidade com o art. 9, da vigente Lei Orgânica do Ensino Normal, com as seguintes cadeiras:

1^a Séries - Português, Francês, Inglês, Matemática, Ciência Natural, Desenho e Arte Aplicada, Economia Doméstica, Canto, Educação Física, Puericultura e Educação Sanitária, Fundamentos Sociais da Educação, Noções de Anatomia Humana.

2^a Séries - Francês, Português, Inglês, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Desenho e Arte Aplicada, Educação Doméstica, Filosofia, Trabalhos Manuais, Música e Canto, e Educação Física, Psicologia Educacional.

(COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATAS DE REGISTROS INTERNO, 1930 - 1950, p. 25).

Diante dos estudos no período compreendido entre os anos de 1930 a 1950, pode-se afirmar que a Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora desempenhou importante

papel no processo de formação feminina, com base, fundamentalmente, na formação moral e religiosa, pois além de formar professoras, o processo educacional tinha por objetivo, transmitir uma educação às moças, futuras mães e esposas, responsáveis pela educação das próximas gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre o processo de implantação da Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora Campo Grande, sul do Estado (1930-1950) procurou evidenciar esse processo, desde a fundação da Escola, instituição particular religiosa, destinada à formação educacional feminina, na cidade de Campo Grande. Para tanto, buscou-se conhecer o processo educacional do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, por meio dos regulamentos e documentos específicos da Instituição, tais como Atas: de Registros, de Matrícula, Regimentos Internos, Decretos e Mensagens.

Ao longo dessa exposição foi possível mencionar a organização da Escola Normal no Brasil, discorrendo sobre a formação de professores primários na passagem do Império para a República e a implantação desta Escola no estado de Mato Grosso e no sul do mesmo estado (hoje, Mato Grosso do Sul), apresentando aspectos econômicos e políticos desse estado dentro do recorte temporal estabelecido nos parâmetros norteados pelo objeto desta pesquisa.

A vinda da Itália para Campo Grande em 1926 das Irmãs Salesianas, filhas de Maria Auxiliadora, integrantes da Congregação Salesiana, culminou na abertura do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, instituição escolar particular para o sexo feminino, atendendo nos regimes de internato e externato. Esteve presente também na formação do perfil sócio-educacional mato-grossense. Atribui-se a fundação do colégio à soma dos esforços conjuntos dos salesianos e de personalidades das elites campo-grandense, às quais estavam representadas numa comissão formada à época, pela Senhora Dorinha de Figueiredo, esposa do prefeito de Campo Grande, Dr. Arnaldo de Estevão de Figueiredo.

Já em 1930 com prédio novo na Rua Pedro Celestino, contando com subsídios financeiros do governo estadual, e com a presença do Exmo Sr. Dr. Aníbal de Toledo, então Presidente do Estado, foi lançada a primeira pedra do grande edifício, até hoje o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

No entanto, o Colégio foi frequentado principalmente por filhas de comerciantes locais, profissionais liberais, políticos e funcionários públicos, além de alunas vindas de cidades vizinhas, tais como: Rio Brilhante, Ponta Porã, Miranda, Aquidauana e Corumbá.

No que se refere aos aspectos didático-pedagógicos verificou-se que o rigor da disciplina, os conteúdos curriculares intencionalmente organizados, o tempo escolar, o ritual dos exames, a prova escrita e oral, o uso dos materiais didáticos, além das notas atribuídas às tarefas realizadas e a disciplina das alunas, atendiam ao modelo “ideal de mulher”, de acordo com os padrões sociais vigentes no período contextualizado e colaboraram para educação e formação das moças campo-grandense, segundo os valores e padrões definidos.

As famílias consideradas mais tradicionais da cidade matriculavam as suas filhas no Colégio, em função dos princípios religiosos e dos padrões disciplinares, entendidos como necessários para uma educação sólida e conservadora. Pode-se perceber a importância atribuída a essa Instituição, pelo ensejo de proporcionar uma melhor preparação e formação para as futuras mães e professoras.

No mesmo ano, ou seja, em 21 de abril de 1930, foi instalada a Escola Normal Joaquim Murtinho, pelo governo do estado, que, por sua vez, também observava o mesmo rigor disciplinar. A Educação oferecida, tanto na Escola Normal particular, como na estadual, visava atender os alunos preparando-os para a formação profissional. Desenvolvendo bons hábitos de comportamentos, ambas as escolas, direcionavam a educação para orientações educacionais de caráter moral e disciplinador, em consonância com as ideias republicanas, sendo os professores principais mediadores do processo de ensino e aprendizagem.

No entanto, a pesquisa mostrou que essas práticas educacionais foram incorporadas de maneiras diferentes pelas alunas, pois, para a maioria delas, a educação recebida no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora proporcionou uma formação completa e válida para suas vivências fora do ambiente escolar. Também apontou que os valores ali transmitidos foram determinantes e facilitadores para a educação de seus filhos, indicando um sentido de naturalidade para a escolha vocacional feminina professora/mãe.

Assim, constatou-se que para algumas alunas, representava apenas instrução, seja para o casamento, como para a vida, mas para outras alunas, significava a “oportunidade” de uma profissionalização, elemento primordial para manter o equilíbrio social, pois era pela educação, pela vigilância e disciplina constante que as moças transformavam-se em mulheres prontas para educar os filhos, prontas para serem boas mães. Nessa perspectiva, este estudo tornou possível demonstrar a grande importância da criação de um espaço específico para a formação das moças.

Com isso, pode-se afirmar que a Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora desempenhou importante papel no processo de formação de professoras, com base, fundamentalmente, nos aspectos moral e religioso e delineando a formação cultural. Nesse sentido, a própria organização espacial (espaços fechados, disciplinares, dotados de uma série de limites), expressava o rigor dessa formação.

Espera-se que o desenvolvimento deste trabalho tenha possibilitado a compreensão da organização da Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, assim como a sua contribuição e influência na formação escolar das alunas campo-grandenses e da região sul do estado. Entende-se que essa Escola, com base nos dados da pesquisa, consolidou-se como importante instituição de ensino, reconhecida pela sociedade, tanto pelo rigor, quanto pela estrutura na educação oferecida, correspondendo, sobretudo, ao ideário religioso, de cunho moral, marcado pelo controle rigoroso do comportamento, na formação das normalistas.

No entanto, sabe-se que em virtude da proporção deste objeto de estudo, outras faces da educação e da Escola Normal, enquanto instituição de formação de professores, ainda estão para serem desvendadas. Ao mesmo tempo, entende-se que não se encerra aqui o percurso de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ACCÁCIO, Liéte Oliveira. **Formando o professor primário:** a Escola Normal e o Instituto de Educação do Rio de Janeiro. 1995. Disponível em: <http://www.histerdbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo.055.html>. Acesso em: 25 nov. 2009.

ALMEIDA, Jane Soares. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? In: SAVIANI, Derméval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2004. p. 60-107.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação.** São Paulo: Moderna, 1989.

ARAUJO, Carla Busato Zandavalli Maluf. **O ensino de didática, na década de trinta, no sul de Mato Grosso:** ordem e controle? 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 1997.

ALVES, Gilberto Luiz. **O trabalho didático na escola moderna:** formas históricas. Campinas: Autores Associados, 2005.

AMARAL, Artur Jorge do. **Santo Antonio de Campo Grande:** 1. ed. Campo Grande, MS: UBE\MS, 2010.

ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA. **Ayumi:** a saga da colônia japonesa em Campo Grande. ed. bilíngüe (português e japonês). Campo Grande: Sampaio Barros, 2005. 219 p. il.fotos.

BITTAR, Marisa. **Dos campos grandes à capital dos ipês.** Campo Grande: Alvorada, 2004.

_____. **Mato Grosso do Sul a construção de um estado.** Campo Grande: UFMS, 2009. v. 1.

BITTAR, Mariluce; ROCHA, Marcelo Pereira. **A educação superior na região sul de Mato Grosso e a influência salesiana:** décadas de 60 e 70. Relatório de pesquisa. Campo Grande: UCDB, 2001.

CAMPO GRANDE. **Campo Grande:** 100 anos de construção. Campo Grande, MS: Matriz, 1999.

CAVAGNARI, Luzia Borsato. **O Diretor e a constituição das equipes pedagógicas das primeiras escolas normais na região dos Campos Gerais/Paraná.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Estadual de Ponta Grossa, PR, 2006.

COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA. **Instituições Escolares**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq096_02.asp>. Acesso em: 20 maio 2009.

CONGRO, Rosário. **O Município de Campo Grande**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003.

CORRÊA, Valmir Batista. **Estudos regionais**. Corumbá: UFMS, 1981.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico**. São Paulo: Alínea, 2001.

GIACOMETTO, Rosana; MARTINELI, Antonio; RINALDI, Fabio. **A Família Salesiana de Dom Bosco**. Trad. Fausto Santa Catarina. Roma: Instituto Salesiano Pio XI, 2000.

JACOMELI, Mara Regina Martins. **A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891 – 1927**. 1998. 191p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

LEITE, Gervásio. **Um século de instrução pública**: história do Ensino Primário em Mato Grosso. Campo Grande, MS: Academia Mato-Grossense de Letras do Instituto Histórico de Mato Grosso, 1979.

MARCILIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu. **Curriculum, cultura e sociedade**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Alínea, 2009.

PENTEADO, Yara. **Auxiliadora setenta anos (1926-1996)**. Campo Grande: Gráfica Ruy Barbosa, 1996.

PEREIRA, Eurípedes Barsanulfo. **História da fundação de Campo Grande**. Campo Grande, MS: Edição do Autor, 2001.

PIZARRO, Kátia. História de Dom Bosco. Adaptado de **Informativo Paroquial Sagrada Família**, São José dos Campos, ano 12/IX, p. 5, nov. 2009. Disponível em: <www.salesianosdobrasil.org.br>.

RESENDE, Melina Brasil Silva. **O Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus, Araguari – MG (1930-1947)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2006.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Campinas: Autores Associados, 1995.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. **A Escola Normal no Sul do Estado de Mato Grosso como expressão de uma Política Pública (1930-1950).** Campo Grande, MS: Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, 2009.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973).** 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

ROSA, Maria da Glória Sá. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul: histórias de vida.** Campo Grande: Ed. UFMS, 1990.

SÁ, Nicanor Palhares; SÁ, Elisabeth Figueiredo. Escola Normal de Cuiabá: formar professores para lapidar almas. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **As escolas normais no Brasil:** do Império à República. Campinas: Alínea, 2008.

SALESIANOS. **Revista União pela Vida:** Ação Comunitária da Sociedade e Salesianos, Campinas, ano I, n. 1, 1999.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2004. p. 11-57.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. Escola normal: o projeto das elites brasileiras para a formação de professores. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA EM ARTES, 1., 2008. **Anais...** Curitiba, 2008.

SCHWARTZMAN, Helena Costa Simion. **Tempos de Capanema.** Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo/Paz e Terra, 1984.

SCHWARTZMAN, Simon. A Igreja e o Estado Novo: o Estatuto da Família. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, s./p., maio 1980.

SFORNI, Marta Sueli de Faria. **A feminização do corpo docente na democratização do ensino do século xix.** 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Maringá, PR, 1996.

SIMIÃO, Regina Aparecida Versoza. **O processo de profissionalização docente em Mato Grosso – 1930-1960.** In: PALHARES, Nicanor Sá; SIQUEIRA, Elizabete Madureira (Orgs.). Cuiabá, MT: Central de Texto UFMT, 2006. (Coleção Coletânea Educação e memória, v. 4).

SIQUEIRA, Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel. **Escola normal de Cuiabá:** história da formação de professores em Mato Grosso (1910-1916). In: PALHARES, Nicanor Sá; SIQUEIRA, Elizabete Madureira (Orgs.). Cuiabá, MT: Central de Texto UFMT, 2006. (Coleção Coletânea Educação e memória, v. 2).

SILVA, M. dos Santos. **A educação brasileira no Estado-Novo:** 1937/1945. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

SOARES, Amora. **Minidicionário da Língua Portuguesa.** São Paulo: Saraiva, 1997. p. 684.

SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola normal em Teresina (1864 – 2003): reconstruindo uma memória da formação de professores.** 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

SOUZA, Maria Neusa Gonçalves Gomes. **Campanha de nacionalização do ensino em Campo Grande – Mato Grosso – 1937-1945.** 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, MS, 1999.

TANURI, Leonor Maria. **O ensino normal no estado de São Paulo 1890-1930.** São Paulo: Faculdade de Educação Estudos e Documentos, 1979. vol. 16.

_____. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 61-88, maio/jun./jul./ago. 2000.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Desejos de reforma: legislação educacional do Brasil Império e República.** Brasília: Liber Livro, 2008.

VILLELA, Heloisa O. S. **A primeira escola normal no Brasil:** uma contribuição à história da formação de professores. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Fluminense, Niterói, 1990.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil:** a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931 – 1961). Campinas: Papirus, 1990.

DOCUMENTOS:

BRASIL. **Constituição de 24 de fevereiro de 1891.** Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24/02/1891. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/imperio>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

_____. **Constituição de 10 de novembro de 1937.** Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada pelo Presidente da República em 10.11.1937. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/imperio>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

_____. **Decreto n. 8.025, de 16 de março de 1881.** Prescreve a obrigatoriedade da ginástica nas duas seções em que ficou dividido o curso normal, com a nova regulamentação. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/imperio>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

_____. **Decreto n. 21.241 de 4 de abril de 1932.** Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/imperio>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

_____. **Decreto n. 4.244 de 9 de abril de 1942.** Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/imperio>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

_____. Lei n. 956, de 12 de julho de 1926. **Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 10 de julho de 1926, ano XXXVI, n. 5.476.

CAMPO GRANDE. **Câmara Municipal de Campo Grande**: 100 anos de legislativo de Campo Grande (1905 a 2005). Campo Grande: Gibim, 2005.

COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA. **Atas do Estatuto da Escola Normal Dom Bosco\1931-1940**. Campo Grande, MS.

_____. **Atas de Registros de Matrículas\1930-1950**. Campo Grande, MS.

_____. **Atas de Regimentos Interno\1930-1931-1932-1950**. Campo Grande, MS.

_____. **Atas de Registros da Escola Normal Dom Bosco\1930-1931-1932-1933-1950**. Campo Grande, MS.

_____. **Atas de Relatórios da Escola Normal Dom Bosco\1930-1934-1937-1947-1950**. Campo Grande, MS.

_____. **Atas de Registros de Diplomas da Escola Normal Dom Bosco\1930-1950**. Campo Grande, MS.

_____. **Atas de Inspeção da Escola Normal Dom Bosco\1930**. Campo Grande, MS.

_____. **Atas de Inspeção Federal da Escola Normal Dom Bosco\1937**. Campo Grande, MS.

_____. **Atas de Registros\1930-1932**. Campo Grande, MS.

_____. **Atas de Docentes\1930-1950**. Campo Grande, MS.

MATO GROSSO. **Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso**. Decreto n. 265 de 22 de outubro de 1910, Livro 213, p. 119-153. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1910.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques à Assembléia Legislativa** em 13 de maio de 1913, Rio de Janeiro/RJ. Rolo de microfilme n. 060 planilha. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Dr. Annibal Toledo à Assembléia Legislativa** em 13 de maio de 1930, Rio de Janeiro/RJ. Rolo de microfilme n. 055 planilha. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo à Assembléia Legislativa** em 13 de junho de 1948, Cuiabá/MT. Rolo n. 063 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB.

_____. **Gazeta Oficial** – Estado de Mato Grosso do Sul, nº 5.479. Poder Legislativo, Cuiabá, 12 de junho 1926.